

AMÉRICA LATINA: A INDEPENDÊNCIA INACABADA



Maurício Waldman



EDITORA KOTEV
SÉRIE EDUCAÇÃO POPULAR 4

AMÉRICA LATINA: A INDEPENDÊNCIA INACABADA ¹

MAURÍCIO WALDMAN ²

**“A afirmação do fracasso se transforma, para o
cético, no paradoxal segredo do seu êxito”**

Juan Pablo Feinmann

“A força dos fracos reside no seu ritmo lento”

Milton Santos

INDEPENDÊNCIAS: CAMINHOS DA INCORPORAÇÃO NA ORDEM MUNDIAL

Da mesma forma que a implantação do sistema colonial na América não acatou modelo uniforme, diferenciando-se em colônias de povoamento e colônias de exploração, as modalidades de emancipação política no continente também foram distintas, tipificadas consoante as características da colonização, tais como herdadas no tempo e no espaço.

Por certo, as estruturas e as realidades presentes nas sociedades coloniais detiveram importância cabal nos processos de autodeterminação das futuras nações independentes da América.

Este fato, acompanhado dos aspectos pertinentes a circunstâncias específicas, reforçadas pelo protagonismo dos atores econômicos, sociais e políticos que interagiram durante a quebra do pacto colonial, exerceu papel central neste capítulo da história americana e mundial.

Sequencialmente, as lutas pelo término do domínio colonial materializaram elementos determinantes para direcionar e dar forma à vida política futura de cada uma das novas nações, que passaram, aparte reparos e exceções a esta regra (Vide Box), a figurar como Estados soberanos no cenário inaugurado pelo fim da era mercantilista e consolidação das independências.

Claro está que estes direcionamentos foram magnetizados pelas duas estacas essenciais presentes no imaginário social do Século XVIII: o plano das ideias iluministas e o da escola liberal da economia, ambas mantendo relação siamesa entre si.

Num olhar retrospectivo, é muito claro o quanto, nesta época, o iluminismo prosperava no cenário intelectual, ao mesmo tempo em que as doutrinas liberais se impunham nos projetos econômicos dos países capitalistas mais dinâmicos, caso do Reino Unido ³, que avançava a largos passos na trilha do industrialismo.

Neste panorama, as ideias iluministas e liberais de pronto inspiraram sortida coleção de movimentos questionadores do absolutismo e do antigo capitalismo comercial. Todavia, sempre se adaptando a diferentes contextos e realidades, impregnando-se, desta forma, de feições próprias para cada situação particular.

REMINISCÊNCIAS DA SITUAÇÃO COLONIAL

Note-se que ainda hoje subsistem territórios na América mantidos sob algum tipo de tutela colonial ou laços políticos com velhas metrópoles. Tais exceções seriam as Antilhas Neerlandesas, ilhas e arquipélagos do Caribe que seguem sob mando dos Países Baixos; Bahamas, ilhas Malvinas (ou Falklands) e possessões caribenhas sob controle britânico; Guadalupe e Martinica, ilhas ainda governadas pela França na condição de departamentos ultramarinos, mas que politicamente, não tem como serem desconectadas da condição colonial; Saint Barthélemy, Saint Martin, Saint Pierre e Miquelon, ilhéus sob bandeira francesa que também permanecem sob administração de Paris com base numa ordenação especial. A Groenlândia, que desfruta desde 2009 de regimento legal lhe granjeando grande autonomia, mas que estatutariamente segue vinculada ao Reino da Dinamarca. Por fim, cabe ressaltar que o Canadá, Jamaica, Barbados, São Vicente-Granadinas, Santa Lúcia, Dominica, Belize, Trinidad-Tobago, Grenada, Antigua, São Cristóvão e Nevis e a República Cooperativa da Guiana, são membros da *Commonwealth of Nations* (ex-*British Commonwealth* ou Comunidade Britânica de Nações), juridicamente configurando Estados independentes na jurisprudência internacional. Por outro lado, cultivam laços especiais com o Reino Unido, cuja rainha, Elizabeth II, é em muitos destes países, Chefe de Estado.

Isto concorreu para que a realidade resultante destas interações tenha se configurado, no mundo capitaneado pelas flexões da Modernidade (Vide Box), como elemento primordial para a articulação de diferenciado mosaico formado por sistemas estatais de tipo novo, inseparáveis da fisionomia que a sociedade global expôs à vista de todos.

Nesta ótica, forçosamente há que se insistir na centralidade das inferências econômicas, aspecto fundamental para a repaginação da ordem mundial nos Séculos XVIII e XIX, e que em última análise, exerceram o mandato de parteira das independências e de tutoras da vida política e econômica após a autodeterminação.

Plausivelmente, esta constatação não desmerece a contribuição teórica dos pensadores iluministas. Afinal, tais ideias inspiraram grupos, povos e comunidades na viabilização de novas expectativas e construção de modelos que questionaram os sistemas sociais e políticos existentes.

O QUE É MODERNIDADE?

Numa definição sumária, retenha-se que as ciências sociais definem a Modernidade ou Ocidente como uma sociedade surgida na Europa ocidental a partir da Baixa Idade Média, formando um sistema cujas dinâmicas técnicas e unificadoras conquistaram crescente supremacia, embaladas pela radicalização crescente das suas demandas civilizatórias. Neste sentido, o Ocidente respalda um sistema que desvencilhou, de um modo que não têm precedentes, a Humanidade dos modos tradicionais de ordem social. A Modernidade se caracteriza pela autonomia do econômico como princípio regulador, sendo lógica da produção a diretriz básica da economia, matriz de uma série de intercorrências cruciais da vida contemporânea. Nesta, padrões de excelência técnica controlam os ambientes materiais, culturais, políticos, econômicos e sociais do mundo contemporâneo. Diante ordenações de valores criadas pela Modernidade, a religião perdeu prestígio, sobrepujada que foi por modelos abstratos que fundamentam relações impessoais, dominantes no trato social (Vide POLANYI, 2000: 47, GIDDENS, 1991: 14-19 e GOUREVITCH, 1975).

Mas por outras vias, dada a tendência altamente inercial das estruturas presentes nos espaços coloniais, a difusão do ideário iluminista junto aos movimentos independentistas, além de estampar a distância que separa a retórica das práticas reais, nunca deixou de se prender ao universo econômico herdado dos tempos coloniais como eixo organizador da vida política, cultural e social.

Na realidade, o mundo colonial, trazido à luz por intermédio de ações umbilicalmente atadas à esfera da economia, não teria como deixar de ser entendido, pensado e avaliado em dissociação com as velhas estruturas mercantilistas, de um lado, e à nova realidade apresentada pela revolução industrial, de outro, e neste balizamento, o peso do passado nas inflexões que persistiram na história latino-americana e brasileira (Cf. RIOS, 1972).

Por isso mesmo, torna-se inexequível analisar e discutir a trajetória da autodeterminação descartando o papel das relações econômicas, mais porque despontava no horizonte uma repaginação da ordem global.

Sincronizadas ao dinamismo interno das sociedades locais e *pari passu*, ao atrator das inferências globais, tensões e desajustes provocados pelo sistema colonial ensejaram

novos projetos políticos, tipificados na autodeterminação dos povos coloniais, grosso modo, delineados pelas linhas de colonização que vicejaram em solo americano.

É justamente neste foco que o temário das independências reclama as atenções dos investigadores e nesta linha de argumentação, certifica duas vertentes de independências que passaram a eclodir nas possessões europeias no espaço continental americano, referentes à América Latina e Estados Unidos, desdobrando-se, a partir do final do Século XVIII, em projetos políticos diametralmente diferentes.

Em paralelo, note-se que cada uma das independências foi também gravada por enormes complexidades, gerando um quadro absolutamente heterogêneo. Particularmente nos processos de autodeterminação da América Ibéria, estes foram cadenciados por amplo apanhado de incompletudes, dessimetrias e ambiguidades, reflexo dos contrapontos que continuamente se manifestam na história e na geografia destas nações.

Deste modo, se as independências inauguram uma nova conjuntura política e ao mesmo tempo respondem às inflexões das conjunturas históricas, também foram esculpidas pelas heranças oriundas do passado colonial e pelos caprichos da política internacional.

Neste último ponto, veja-se, por exemplo, que a Grã-Bretanha, potência que auxiliou diretamente os revoltosos ibero-americanos no rompimento com as metrópoles ibéricas, se envolveu em conflito aberto com os colonos norte-americanos para manter-se senhora das Treze Colônias⁴, atitude em claríssima contradição com o posicionamento adotado no tocante à insurgência dos latino-americanos.

Esta é uma das muitas demonstrações eloquentes de que a edificação da ordem mundial não propicia azos para leituras simplistas e esquemáticas, e tampouco, que seja possível traçar um padrão de interpretação único e modelar, alheio às contraposições que acodem em todos os movimentos da história.

Assim, tendo por diretriz o *movimento contraditório das sociedades*, analisemos então as peculiaridades da autodeterminação ibero-americana, análise que solicita contribuições factuais e uma radiografia que destaque as notas próprias da dinâmica independentista das nações da América Latina.

Aspectos axiais para a compreensão da moldura estrutural mais profunda que dinamizou este cenário histórico e geográfico peculiar.

AMÉRICA LATINA: UM ESFORÇO DE DEFINIÇÃO SINTÉTICA

Entendendo que o foco deste texto é a história latino-americana, como tal isto reclama circunscrever o *espaço* deste evento, certificação dirigida ao que podemos entender por América Latina, assim como à sua variante atualmente menos citada, a Ibero-América.

O motivo é um só: sendo verdadeiro que nada que transcorre no tempo se desvincula do espaço, por conseguinte, cabe explicitar o que entendemos como o espaço de referência de ação das sociedades, no caso, a latino-americana.

Isto posto, uma primeira correção estaria endereçada ao adjetivo “latina”. Note-se que apesar desta denominação, vários países que integram a região são nações que foram colonizadas por países que como a Inglaterra, Holanda e Dinamarca, não são latinos nem na língua, nem na história ou na cultura, dita que recai, por exemplo, sobre as Guianas e muitas nações das Caraíbas.

Outro ponto matricial é que o estoque humano latino-americano não é de predominância europeia, traço que ao menos num plano fenotípico, se verifica numa certa escala, tão só no “Cone Sul” ou no “Triangulo Branco” latino-americano, bloco composto pelo Chile, Argentina e Uruguai⁵.

Nos demais países, a população é majoritariamente de origem ameríndia (Bolívia, Peru, Guatemala, Paraguai, México), afrodescendente (Jamaica, Haiti e pequenas Antilhas) ou mestiça dos mais diferentes modos e singularidades (Cuba, Brasil, Colômbia, Venezuela, Paraguai, Honduras, Belize, Panamá, El Salvador).

Cabe asseverar que decerto a qualificação mestiça seja a mais procedente para identificar etnicamente a América Latina, o tecido social e cultural desta parte do mundo resultou de amplo rol de empréstimos culturais, atados a intercorrências e especificidades que no geral, impedem uma definição genérica de latinidade.

Na realidade, os povos latino-americanos são geneticamente bem mais ameríndios do que europeus. Exceto as nações gravadas pela herança africana, o substrato indígena é uma nota prevaiente. Neste senso, embora os latino-americanos estejam impregnados de cultura europeia, nada disto obsta a recordação meritória do quanto a América Latina deve à mestiçagem étnica e cultural.

Daí que mais acertadamente, estamos diante de um crisol de raças, etnias e culturas, uma materialidade social que poderia ser mais bem definida como *Indo-Afro-Latino América*, proposição datada dos idos dos anos sessenta, defendida pelo cientista social brasileiro Oliveiros da Silva FERREIRA (1971), que polemizava assim com a formulação clássica de América Latina, a seu ver demasiadamente restritiva e superficial.

Tal entendimento importa sobremaneira não apenas por precisar etnicamente os povos latino-americanos, mas por contribuir para melhor definir múltiplas implicações sociais e políticas, contextos nos quais a posição na estratificação nas sociedades coloniais esteve inextricavelmente conectada a origens raciais, recortes culturais e práticas religiosas.

A esta soldadura étnica, articularam-se marcantes dessimetrias sociais, ambas revelando enorme capacidade de resistência, perpetuando-se sob renovadas investidas jurídicas ao longo de toda a história da América Latina independente.

Tal demarcação, é essencial para entender o caráter autoritário e repressivo do Estado latino-americano, assim como os posicionamentos que adotou quando confrontado com a contestação de modelos que tradicionalmente apartaram segmentos majoritários da população do usufruto de uma plena identidade nacional.

Pari passu, esta soldadura sociopolítica do cosmos latino-americano é reforçada pelo divisor de águas que reporta às molduras geoeconômicas. Isto porque as disparidades socioeconômicas encontradas no teatro latino-americano seguramente falam mais alto para delimitar diversificado grupo de países e realidades, sobretudo quando os termos de comparação tem como contraponto, a próspera comunidade estadunidense.

No tocante ao desenvolvimento socioeconômico, os países da região integram, sem exceções, a periferia da economia global. Porém, recorde-se que esta definição esconde enorme heterogeneidade.

Embora igualmente subdesenvolvidos, não há como deixar de notar diferenças gritantes entre, por exemplo, El Salvador e a Argentina, o Paraguai e o México, Nicarágua e o Brasil. Além do mais, ocorrem nítidos contrastes no interior de cada um dos países, sequele da distribuição desigual das rendas nacionais.

Estes recortes econométricos, no prisma das relações internacionais, justificam que a América Latina, principalmente a partir dos finais do Século XIX, passasse a ter sua identidade assentada não só como um bloco de nações que se distinguem social, política,

cultural e economicamente do colosso estadunidense, mas que por conta de fatorações geopolíticas, vivem situação de atrito com a grande potência anglo-saxônica.

Não é à toa então que a definição de América Latina atende a praticamente todas as nações localizadas ao Sul do rio Grande, curso d'água que demarca a fronteira entre os Estados Unidos e o México (Figuras 1 e 2), conceito que popularizou-se na percepção dos especialistas, da imprensa, academia, opinião pública e nas relações interestatais.

Nesta vertente de compreensão, constituiriam exceções para determinadas linhas da geografia, história e da ciência política, nações que até os anos 1970 eram classificadas como sendo as “Três Guianas”. A saber: a atual República Cooperativa da Guiana (RCG, ex-colônia britânica), o Suriname (ex-posseção dos Países Baixos) e a Guiana Francesa, que constitui um departamento de ultramar da República Francesa ⁶.

Estes três nacos da América do Sul são tangidos por particularismos étnicos, linguísticos, históricos e culturais. Demograficamente, sobressai a presença de indianos, em especial na RCG, e de javaneses no Suriname, grupos cuja forte concentração nestes países é uma nota incomum no perfil da geografia humana das demais nações da região.

Existem outras peculiaridades, como os descendentes de grupos de *maroons* ou marrões, escravos fugidos que internando-se nas matas do *hinterland* guiano, reeditaram estilos ancestrais de vida africanos ⁷, mosaico completado por etnias indígenas nativas, grupos eurodescendentes e mestiços de todos os gêneros.

Note-se que a RCG e o Suriname conquistaram a autodeterminação apenas nas décadas finais do Século XX, destoando de tal modo do quadro latino-americano, que a despeito deste conjunto ser heterogêneo, miscigenado e plural, ainda assim inúmeras avaliações dão preferência em avaliar as Guianas em separado, reparo muito claro quando o foco é, por exemplo, a geografia da cultura e a história econômica dos países da região.

Ainda no plano da discussão conceitual, cabem reparos quanto ao termo Ibero-América, que originalmente usufruía de expressiva inserção no imaginário social, na academia e na fala coloquial dos latino-americanos.

Sem embargo, devemos atinar que a nomenclatura América Latina, dizendo respeito a um conglomerado formado por nações de fala e matriz cultural não-anglo-saxônica, terminou absorvendo o conceito congênere de Ibero-América. Assim sendo, embora os dois termos sejam semanticamente intercambiáveis, remetem a matrizes históricas dessemelhantes.



FIGURA 1- A América Latina na sua acepção cartográfica mais ampla, de caráter geoeconômico, compreende os países situados ao Sul do rio Grande, destacado no mapa, que demarca a fronteira mexicano-estadunidense (Fonte: Pinterest, < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 11-01-2016).



FIGURA 2 - O mapa acima exhibe as nações latino-americanas, que num critério abrangente situam-se ao sul do rio Grande, excetuando, em face de notórias singularidades históricas, geográficas, políticas, sociais e culturais, as “Três Guianas”, identificadas nesta carta em tom cinza (Fonte: Pinterest, < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 11-01-2016).

Mais precisamente, a Ibero-América diria respeito aos países hispanófonos e lusófonos, conceituação que agremia afinidades geográficas, históricas, políticas, culturais, religiosas e linguísticas. Até porque, Espanha e Portugal perfilaram no teatro europeu caminhos e trajetórias pontualmente análogas, referendando então, seguimento deste entendimento nas Américas.

Quanto à América Latina, o que se tem é uma definição que ganha corpo no Século XIX, difundida pela França de Napoleão III na esteira de uma política externa deste soberano, que tinha ambições abertamente intervencionistas no continente.

Advirta-se que do ponto de vista etimológico, a adjetivação “latina” poderia configurar um abuso. Afinal, não existiram possessões na América pertencentes, por exemplo, à Itália, Andorra ou Romênia, que são nos três casos países da órbita latina.

Logo, tem fundamento a argumentação de que a denominação associou-se a vetores ideológicos manipulados pela chancelaria francesa, visto que nominando a Ibero-América como Latina, a França, país cultural e linguisticamente latino, mas com expressão histórica mais tímida nesta parte do mundo, estaria incluída no leque de potências representadas e atuantes ao Sul do rio Grande.

Assim, a existência de duas conceituações com foco no mesmo objeto, como sempre sói acontecer no léxico geográfico, pouco possui de fortuito. Constituem denominações com móveis diferenciados, e, por conseguinte, remetem a exegeses específicas, que carregam no seu bojo noções e expectativas próprias.

Por certo, a projeção cultural da França foi um poderoso catalisador da disseminação da proposição esboçada pelos diplomatas de Napoleão III, acarretando certo desprestígio, ou uso menos frequente, de Ibero-América enquanto referência normativa.

Todavia, independentemente da popularização e aceitação hoje praticamente universal de América Latina, tanto esta definição quanto Ibero-América constituem nomenclaturas geográficas a identificar numeroso conjunto de países, ambas retratando prioritariamente um nexos geoeconômico.

Fato este que como será realçado traduz venturas e desventuras que nortearam a luta pela autodeterminação de nações culturalmente mestiças e socialmente dessimétricas, engastadas a sistemas de dominação fiadores da dependência e da inserção subalterna na ordem global.

Nesta perspectiva, há que constar uma distinção seminal que nos ensina a boa filosofia: a que distingue *condição necessária* de *condição suficiente*. Ninguém duvida, *a soberania política é condição necessária* para satisfazer aspirações essenciais dos povos colonizados.

Mas, *por si só a soberania política simplesmente não é suficiente*. Especialmente quando o que está no centro das questões são dilemas colocados pela história. Uma incompletude que perpassa pelo cerne do debate sobre as independências latino-americanas.

AMBIGUIDADES E CONTRADIÇÕES NA INDEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANA

No que para alguns pode parecer surpreendente, o marco histórico das independências na América Latina tem epicentro no Haiti, uma pequena nação antilhana dominada pela França (Portanto, uma possessão não ibérica), que no ano de 1791 inicia seu processo de autodeterminação.

O Haiti ocupa aproximadamente a terça parte da ilha de Hispaniola, sendo os demais dois terços correspondentes à atual República de São Domingos, outrora uma colônia da coroa espanhola. Ocupando o lado ocidental da ilha, o Haiti foi um dos primeiros pontos tocados pela expedição de Cristóvão Colombo em 1492.

Durante o período colonial, difundiu-se o topônimo Santo Domingo ou São Domingos para referir-se à ilha como um todo, incluindo as terras haitianas. Mas, o topônimo Haiti terminou consagrado na literatura política, histórica e geográfica.

Designação de origem indígena - significando “Terra das Altas Montanhas”, o termo foi escolhido pelo independentista haitiano Jean-Jacques Dessalines, como nome oficial do país após o final das lutas pela independência. Assumidamente, uma homenagem aos antigos ocupantes ameríndios da ilha.

Foi então nesta parte dos antigos domínios coloniais europeus que praticamente sem aviso prévio, estala no fatídico ano de 1791 uma rebelião generalizada dos escravos das plantações de cana-de-açúcar, cacau e de café, as principais riquezas do país.

Voltando-se simultaneamente contra a metrópole e a classe latifundiária local, esta insurreição de homens e mulheres duramente oprimidos se alastrou como fogo em palha seca por todo o país, galvanizando fortes tensões induzidas pela dominação colonial.

Ateste-se que com exceção da célebre revolta do gladiador Spartacus, ocorrida 1.900 anos antes na Roma Republicana, a Revolução Haitiana (1791-1804), materializou a maior insurgência de escravos da história mundial. Foi também a única luta anticolonial que desafiou com sucesso três grandes potências: França, Espanha e Inglaterra.

Sabendo-se que neste enfrentamento os revoltosos contaram apenas com as próprias forças, este fato é por si só demonstrativo da convicção da rebeldia anticolonial. A luta

contra a dominação europeia foi dura, longa e violenta. Estendeu-se até o ano de 1803, quando encontra um decisivo divisor de águas na famosa Batalha de Vertières, travada no Norte do Haiti.

Neste episódio, os haitianos, sob comando de Jean-Jacques Dessalines e François Capois, assombraram o mundo ao impor uma impressionante derrota ao bem armado corpo expedicionário que fora despachado por Napoleão Bonaparte para reconquistar a ilha. Nada semelhante a isto acontecera na história mundial. Seria o mesmo que registrar uma derrocada definitiva da República Romana diante do exército de Spartacus.

Porém, foi exatamente isto que aconteceu aos colonialistas franceses. Enfrentando numeroso dispositivo militar formado por um bem armado exército regular, após doze horas de duros combates os haitianos colocaram os franceses fora de combate, deixando um rastro de milhares de invasores mortos e feridos, forçando a capitulação do inimigo e impondo os termos da retirada francesa.

Esta batalha foi a primeira grande derrota de Napoleão Bonaparte, desastre de largas proporções que ensombrou a carreira do líder francês. Mas, a despeito da importância capital deste evento na história continental e mundial, Vertières não tem recebido a atenção que deveria desfrutar. Salvante, é claro, a historiografia e as narrativas populares haitianas (Figura 3).

Assim, como resultado final de mais de uma década de conflagração anticolonialista foi implantada nas terras haitianas a primeira república negra da história, uma nação que assumindo as insígnias do iluminismo como estandarte da sua personalidade política, por outro lado reinterpreto ao seu gosto este corpo de ideias, nuance patente em diversos códigos simbólicos adotados por esta república jovem e radical, inclusive em seu pendão nacional⁸.

Apesar de nem sempre ser destacada nas análises acadêmicas, retenha-se que a repercussão da independência do Haiti no imaginário social latino-americano e mundial foi tremenda, profunda e incisiva.

Reconhecidamente, mais do que qualquer outra explosão anticolonial, a Revolução Haitiana patenteou uma materialização visceral do potencial radical dos movimentos de autodeterminação. Não mais porque, a rebelião dos dominados literalmente varreu do mapa todos os sinais da dominação europeia e latifundista.



FIGURA 3 - A tela acima, de Jean-Pierre Ulrick, artista haitiano radicado nos Estados Unidos, retrata a Batalha de Vertières, ápice da Revolução Haitiana, marcada pela vitória do exército rebelde sobre as forças francesas. No primeiro plano, montado num ginete branco, destaca-se Dessalines, arquiteto da vitória militar sobre o exército agressor colonialista (Fonte: < <http://hadevolution.mondoblog.org/2014/11/18/vertieres-insolence-paie-haiti/>. Acesso: 11-01-2016).

Em todas as cores, os eventos ocorridos no Haiti constituíam uma ameaça avassaladora às ambições da classe mineradora, dos comerciantes e latifundiários, expressão acabada das inúmeras contradições que grassavam no processo independentista latino-americano ⁹.

Objetivamente passou a pairar um medo difuso em todos os segmentos das classes mandatárias quanto à possibilidade de repetição da experiência do Haiti nos demais países do continente, até porque a intrépida rebelião dos haitianos propagou a noção de que a causa da autodeterminação nacional e da abolição da escravidão nas Américas estavam ao alcance dos povos coloniais.

Certamente, contribuiu para exaltar o pânico de uma possível “haitização” do processo político latino-americano o massacre em 1804, de todos os franceses remanescentes na ilha, num total entre 2.500 e 6.000 vítimas, medida ordenada por Jean-Jacques Dessalines poucos meses após a vitória em Vertières ¹⁰.

Pior: política e diplomaticamente a nova nação independente pautou o fim da escravidão enquanto pauta indissociável da obtenção da emancipação política nos demais países que seguiam como colônias europeias.

A fé neste princípio é comprovada em muitas atitudes do governo haitiano. Em 1815, quando o revolucionário venezuelano Simón Bolívar refugiou-se no Haiti após o fracasso da primeira tentativa de expulsar os espanhóis, os haitianos lhe forneceram dinheiro, armas, auxílio diplomático e militar.

Entretanto, foi colocada uma contrapartida ao carbonário: a condição de que a escravidão fosse abolida nas terras emancipadas por Bolívar. Embora esta solicitação não tenha sido atendida pelo líder venezuelano, de qualquer modo o episódio escancara o quanto o escravismo pautava o programa da emancipação política dos haitianos.

Mas independentemente dos tratos políticos, o exemplo do Haiti colocou na ordem do dia a noção de que ex-escravos tinham capacidade de pôr em cheque o poder colonial e de erradicá-lo por si mesmos, constituindo um motor revolucionário magnetizado por séculos de opressão colonial e latifundista. Logo, a escravidão era um aspecto importante no inconformismo diante da dominação colonial.

Todavia não era o único. A mais valer, o edifício da ordem colonial por inteiro teve por lastro um intransigente rol de injustiças sociais. Afinal, a maioria dos chamados homens livres eram camponeses também explorados e humilhados, um estrato social gravado pelo trabalho servil, condição que concretamente, pouco se diferenciava da escravidão pura e simples.

Logo, a repulsa às injúrias sociais tornou-se inevitavelmente um elemento atizador para a rebeldia e a radicalização da oprimida massa de segmentos explorados da população latino-americana: afrodescendentes, indígenas, mestiços e brancos pobres.

Entretanto, esta situação configurava um espinhoso dilema para as elites locais latino-americanas. Embora indispostas com o domínio colonial das metrópoles, a ameaça de

que o processo independentista lhe escapasse das mãos reforçou a necessidade de postar-se na liderança pela independência. E o quanto antes, melhor.

Havia, portanto um *ingrediente preventivo* na adesão das elites à luta anticolonial. Assim, grupos abastados como mineradores, latifundiários e a burguesia comercial esforçaram-se em manter a luta pela autodeterminação sob seu comando.

É o que explica que as rupturas encabeçadas por membros das classes afluentes, também obtendo adesão via cooptação ideológica de inúmeras frações dos dominados, tenham se disseminado com celeridade por todas as plagas da Ibero-América nas duas primeiras décadas do Século XIX.

Isto contribuiu para que sem demora, na alvorada da terceira década do Século XIX, que a cartografia política da nova América Latina exibisse uma coleção de novas formações estatais ¹¹, cuja configuração final demandaria ainda por rodadas de conflitos internos nas novas nações, pontualmente acompanhadas de guerras entre os países independentes por questões fronteiriças, secessões e/ou disputas pelo poder regional.

Politicamente, os novos Estados soberanos endossaram a república como marco político, jurídico e institucional, modelo este que contudo, foi continuamente desafiado em razão das fortes tensões que grassavam de alto a baixo nas sociedades latino-americanas.

Mas, no que contraria noção repisada nos livros didáticos, que pautam a república como forma de governo plenamente consensual no imaginário independentista, recorde-se que a realeza enquanto padrão se mantinha no Século XIX como referência largamente aceita, de um modo quase natural, em todas as sociedades da época, nisto também incluindo os povos coloniais.

Como resultado, o estabelecimento de regimes monárquicos não foi estranho ao espaço latino-americano. Malgrado ter sido um regime político usual nas antigas metrópoles, cujas realezas pivoteavam a dominação colonial, a América Latina assistiu à implantação de regimes monárquicos em países como o México, o Haiti e o Brasil. Isto sem contar que era uma proposta defendida por segmentos ponderáveis dos altos escalões da liderança independentista.

Contudo, a instalação de monarquias na América teve um acento peculiar. Grande parte das experiências monárquicas apenas sufragou, no geral, autocracias pessoais nas quais

os “reis” quase sempre exercitaram um mandato ditatorial através de golpes de força, se arrogando a uma majestade real auto-aclamada.

No usufruto da manipulação do poder, reis e imperadores americanos exerceram tanto o papel de chefes absolutos nacionais quanto o de títeres colocados em tronos feitos sob medida para respaldar políticas intervencionistas na América Latina. Portanto, estas experiências contrariam a imagem edulcorada que geralmente cerca as realezas.

Por exemplo, no Haiti, Jean-Jacques Dessalines, ao arrepio da modestíssima superfície do país, criou um efêmero “Império” que vigorou por apenas dois anos, entre 1804-1806. Impopular e despótico, o regime de Dessalines foi derrubado pelo próprio generalato que o servia. Mais adiante, a experiência monárquica foi retomada por Faustin Soulouque, mas novamente demonstrando fôlego curto. O novo rei manteve-se no trono por apenas um decênio, entre 1849-1859, sendo apeado do poder pelo exército.

Politicamente, ambas as experiências foram mal sucedidas: os dois reis foram derrubados do poder, sendo o primeiro assassinado e o segundo, forçado ao exílio. O Haiti nunca mais repetiu a aventura monarquista, sepultada pelo repúdio popular.

No México reinaram dois imperadores: o general Cosme Damián Agustín de Iturbide y Arámburu (1822-1823), o Imperador Iturbide, entronizado como Augustin I, e o austríaco Maximiliano I (1864-1867), membro da Casa de Habsburgo, que a convite dos realistas mexicanos e com apoio de Napoleão III de França, atravessou o Atlântico para assumir o trono imperial do México.

Tal como no Haiti, as duas experiências tiveram fim inglório e estrepitoso. Augustin I foi forçado a renunciar e quando deposto, fugiu para a Itália. Mas, não se deu por vencido. Traçando planos de retomar o poder, desembarcou no país tão logo quanto pode. No entanto, a sorte não estava ao lado do conspirador. Capturado pelos republicanos, foi executado assim que pôs os pés no porto de Tamaulipas, no Norte do México.

Quanto a Maximiliano I, este fora alçado ao trono num cenário político diferenciado. O apoio francês à aclamação deste imperador integrava uma pauta da chancelaria francesa pretendendo “civilizar e monarquizar” a América Latina, e na prática, este soberano ficou restrito ao papel de fantoche de um projeto hegemônico estrangeiro. Alvo de hostilidade aberta dos mexicanos, o inconformismo mexicano encontrou no estadista Benito Juárez (Figura 4), o dínamo que encabeçou a revolta nacional que colocou ponto final no decrépito regime imperial mexicano ¹².



FIGURA 4 - Retrato pintado de autoria anônima do líder liberal e nacionalista mexicano Benito Juárez, imagem institucional popularizada por todo o país asteca (Fonte: Instituto Nacional de Estudios Históricos de las Revoluciones de Mexico, INEHRM, 2014).

Nesta perspectiva, a despeito de ter assumido o poder no México, Maximiliano I estava completamente carente de representatividade junto à sociedade local. Concretamente, o império sustentava-se quase que exclusivamente pelas baionetas das forças militares francesas enviadas ao México por Napoleão III para manter a coroa.

Porém, tão logo as forças de Juarez tomaram o poder, Maximiliano foi colocado na prisão e com base em ordem expressa do líder mexicano, sumariamente fuzilado em Queretaro com mexicanos colaboracionistas (Figura 5).

Com base neste pano de fundo, o Império do Brasil lavrou um tento temporal e político. Nas terras brasileiras, por quase três gerações (1822-1889), o país foi governado por dois imperadores, que conseguiram diluir as crispções contrárias à autoridade imperial e manter sob suas rédeas, vasta extensão sul-americana que dantes, fora domínio lusitano.

No que também diferencia a experiência brasileira, o “império tropical” sul-americano foi governado por uma casa real que procedia da mesma linhagem dinástica de Portugal, a antiga metrópole. Apesar de fato naturalizado no imaginário político, na memória social e pela identidade histórica brasileira, a consolidação de um regime imperial no Brasil destoa inteiramente da história latino-americana.

Mesmo num olhar europeu, a existência de um imperador governando um rincão abaixo da linha do Equador cercado por uma nobreza formada por proprietários de terras com genealogia desprovida de sangue azul, e tanto mais estranho, a governar uma multidão em grande parte formada por súditos negros escravizados, transparecia como algo pelo mínimo suspeito.

Assim, como seria possível anotar, somente este breve apanhado de pontuações que alinhavamos até agora, de antemão comprovariam o quando a constituição da ordem mundial e os rebatimentos que suscita nas realidades particulares não admitem análises genéricas borrando diferenciações e especificidades, que no mais das vezes, respaldam avaliações simplórias e incorretas.

Na realidade, os processos de autodeterminação da América colonial combinaram uma marcante influência do dinamismo global com nuances locais e conjunturais, mormente com o legado imediatamente repassado do mundo colonial, gerando teceduras políticas marcadas por singularidades insofismáveis.

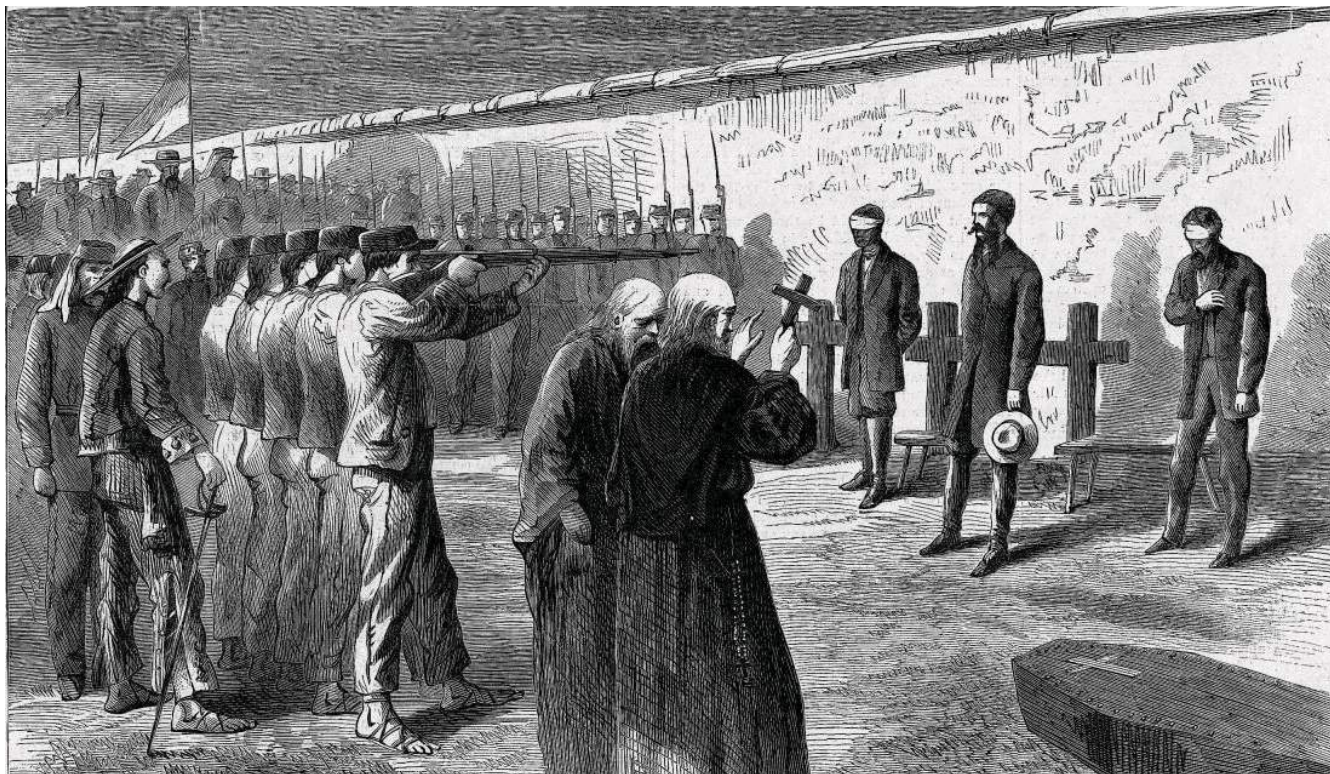


FIGURA 5 - Execução de Maximiliano de Habsburgo (ao centro) e dos comandantes militares mexicanos Tomás Mejía e Miguel Miramón em Queretaro, aos 19 de Junho de 1867 (Fonte: Estampa publicada pelo jornal norte-americano *Harper's Weekly, A Journal of Civilization*, de Nova York, 10 de Agosto de 1867).

Em suma, as independências, a despeito de inaugurarem um cenário político de novo tipo, estavam cadenciadas e concatenadas a toda sorte de particularismos. Disto decorre que a emancipação das nações ibero-americanas, compulsoriamente apresenta flexão plural: *independências*, que sem impugnarem escora em analogias e similaridades gerais, apresentam cada uma delas feição própria e intransferível.

Entretanto, nada disto põe a perder a configuração mais ampla, decorrente do modelo colonial implantado na América Latina. Como se sabe, nas colônias da Espanha e de Portugal, a presença europeia foi estruturada em conformidade com um prontuário mercantilista clássico. Qual seja: por meio da instalação de colônias de exploração.

Pois assim sendo, em linhas gerais foi criada uma formação socioeconômica periférica, dependente e extrovertida, controlada por meio do exclusivo metropolitano, cuja meta declarada era a promoção da acumulação de riquezas nos espaços metropolitanos.

Carecendo de mercado interno e regradas pelo privilégio - explicitado nas ordenações burocráticas, no aristocratismo social e sumamente, na exploração dos indígenas e africanos - as sociedades coloniais eram mantidas sob um controle das “nações mães”, comando que embora menos eficaz do que via de regra é propugnado (Vide Box), primavam pela propensão em imiscuir-se no dia a dia das colônias.

TEORIA É UMA COISA, A PRÁTICA É OUTRA

O modelo mercantilista colonial, foi em várias conjunturas carimbado por oscilações, desvios e exceções. Exemplificando, o centralismo político exercido pela Espanha cedeu em certas circunstâncias em favor de autonomia que mesmo limitada, relativiza visões demasiado lineares da governança colonial. Por outro lado, veja-se que no entreato dos movimentos independentistas, a demanda por numerário por parte da metrópole induziu, por exemplo, que Madri reformulasse tal “liberalidade” e recrudescesse a política de controle fiscal, revitalizando normas que no Século XVIII, constituíam claro anacronismo, dentre as quais, o protecionismo econômico, o paternalismo político e a insistência em difundir o catolicismo. No caso brasileiro, a fragilidade de Portugal como polo metropolitano suscitou, de um modo ainda mais enfático do que na América Espanhola, o exercício por parte da colônia, de funções que tradicionalmente cabiam à mãe-pátria. Isto exteriorizou-se, por exemplo, no controle do comércio escravista, que paulatinamente terminou nas mãos de armadores brasileiros, que se apoderaram inclusive, de feitorias na costa africana, empresa em aberta dissonância com os ditames colonialistas clássicos.

Em paralelo, a despeito da propensão ao hegemonismo, o poder metropolitano nunca deixou de ser questionado nos países coloniais. No lustro entre os Séculos XVI e XVIII, período no qual o mercantilismo imperou como eixo vetorial da economia internacional, a contestação ao colonialismo foi diuturnamente encabeçada pela resistência indígena e pelas massas de escravos negros. Neste particular, através da formação de *quilombos*, que pespontaram em todos os espaços da América colonial ¹³.

Observe-se que neste *interregno* apenas a título episódico a sociedade eurodescendente protagonizou confrontos com o mando metropolitano. Em que pese o destaque com que estas insurreições são agraciadas nos livros didáticos, tais movimentos foram pouco mais do que expressão de desencontros ocasionais com as metrópoles. Mas não contrariando a máquina de dominação colonial na sua totalidade.

No geral, apresentando natureza pontual, e sendo política e geograficamente localizados, estas manifestações, pretensamente grafadas como “nativistas” pela historiografia oficial, possuíam baixo potencial insurrecional. Com efeito, nenhuma destas mobilizações obteve triunfo, sendo todas desbaratadas ou diluídas pelas forças da ordem colonialista ¹⁴.

No entanto, com o advento da revolução industrial inglesa e os primeiros passos da livre concorrência, ambos expressando a ascensão dos imperativos do liberalismo econômico, as regras mercantilistas caducam em grau crescente, perdendo terreno para as novas proposições que irromperam tanto na esfera político-econômica, quanto nos marcos filosóficos.

No caso dos domínios da coroa espanhola nas Américas (Figura 6), a elite local *criolla*, formada por estratos de ascendência hispânica e no seio desta, pelo prestigiado senhorio *terrateniente* ¹⁵, o exclusivo comercial castelhano passou a ser identificado enquanto um entrave para a inserção do grupo na concertação internacional então em curso, em cujo centro, a Grã-Bretanha despontava no papel de polo dinâmico da nova economia global.

Neste panorama, embora existissem seções dos *criollos* que se prontificavam a servir a metrópole como coadjuvantes, este adesismo não constituía aceitação plena do poder metropolitano.

Pelo contrário, boa parte da sociedade *criolla*, em especial os estratos mais bem ilustrados, sentindo-se alijados dos novos tempos da econômica internacional, passaram a entender que o poder colonial era um obstáculo que urgia ser removido para pavimentar o fortalecimento do grupo.

Este sentimento não era desprovido de razão, sendo na realidade, estaqueado por fatos muito objetivos. Concretamente, a dominação espanhola sempre colocou entraves às aspirações sociais e à projeção política dos *criollos*. Uma queixa permanente decorria da norma espanhola em indicar prepostos reinóis, os chamados *peninsulares* ou *chapetones* ¹⁶, para os altos postos no aparato administrativo, na hierarquia religiosa e no comando militar.

Em termos exclusivamente sociológicos, os *criollos* eram em princípio os descendentes de espanhóis nascidos na América, posicionados no topo da pirâmide social das colônias com atuação na agricultura comercial, mineração, comércio e na administração.



FIGURA 6 - O Império Espanhol nos oitocentos incluía a maior parte da América Latina e vasta parte centro-ocidental dos Estados Unidos. Os quatro Vice-Reinos organizados pelos castelhanos - Nova Espanha, Nova Granada, Peru e Rio da Prata -, observaram alterações fronteiriças ao longo da história colonial, mas mantiveram, grosso modo, as demarcações mais abrangentes. Também foram criadas Capitanias (Chile, Cuba, Guatemala e Venezuela), em regiões estratégicas ameaçadas por piratas, forças de outras potências ou por indígenas, estando, ao menos formalmente, sob jurisdição dos Vice-Reinados (Fonte: Pinterest, < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 11-01-2016).

Todavia, observe-se que de um ponto de vista semântico, a expressão inseria como nota geral, claros signos pejorativos, associados a uma noção de subalternidade, justificada ideologicamente pelos metropolitanos com base em presumidas influências naturais negativas do *habitat* americano, carimbado como hostil a civilização.

Os sentidos desqualificantes da palavra evidenciavam-se na noção de indivíduos que nascem em território de posse de terceiros; de pessoas que não possuem raça definida ou então suspeita, fosse por mestiçagem, degenerescência ou de um retorno a um estado bravio, dito “natural”, tomando rumos diferentes do esperado ou em divergência das normas biológicas originais presentes na Europa.

Esta discriminação criava uma tensão objetiva entre a elite *criolla* e os *chapetones*, com as aristocracias locais sentindo-se privadas de um *status* que julgavam ser seu por justiça e por direito.

A percepção de inferioridade por parte dos *criollos* no tratamento dispensado pelo poder colonial em favor dos *chapetones*, era intensificada pelo fato destes serem pouco familiarizados com os usos e costumes da sociedade local, razão para diversos choques culturais, e que para arrematar, não hesitavam em desprezar os “aclimatados”.

Não fosse suficiente, no trato social, político e administrativo, a camada reinol, visto que dependente do bom relacionamento com o poder colonial, se alinhava automaticamente com as prescrições metropolitanas, fazendo com que aos olhos dos *criollos* locais, fossem percebidos como arrogantes, arrivistas e bajuladores.

Retenha-se que para além de articular redes sociais perfiladas o poder metropolitano, a relação conflitante da Espanha com a elite local era também reforçada por meio de uma coletânea de objeções ideológicas.

Dentre estas figuravam teorias hoje pouco lembradas, como as avaliações relativas a uma inferioridade racial dos euro-americanos, postulando um abastardamento biológico adquirido em razão de nefastas influências ecológicas das Américas, acometendo a população descendente de espanhóis e de portugueses.

Deste modo, ressentindo-se pelo fato de ser economicamente tangida, politicamente engessada e ideologicamente desqualificada, paulatinamente a aristocracia *criolla* passou a visualizar na autodeterminação política a única solução para satisfazer suas expectativas de classe, estimulando-a a passar das palavras aos atos.

Neste horizonte, o Reino Unido, berço da revolução industrial, investiu-se do papel de verdadeira curadora dos movimentos de libertação. Isto porque lhe interessava abrir novos mercados para escoar a crescente produção do parque fabril das ilhas britânicas, justificando objetivamente uma política de apoio direto à emancipação ibero-americana.

Deste modo, observe-se que o ideário do Iluminismo, calçando na Europa a ascensão da burguesia, se tornaram, em razão das claras matrizes antiabsolutistas inseparáveis deste imaginário, no instrumento teórico da causa das independências, ajustadas, é evidente, ao sabor das conjunturas especificadas nos espaços coloniais da América.

Entenda-se neste sentido, que os domínios castelhanos configuravam uma situação absolutamente diferente das Treze Colônias Britânicas da América do Norte, veredicto que transparece de modo nítido na articulação geoeconômica do Império Espanhol.

A IDEOLOGIA DAS ÁGUAS BASTARDAS

No Século XVII, a tese da degenerescência americana, fruto das especulações do naturalista francês George Louis Leclerc, conhecido como Conde de Buffon (1707-1788) era amplamente aceita. Para este cientista, a existência nas Américas de grande proporção de massas líquidas, maximizada pela transpiração da abundante cobertura vegetal, seria vetor de exalações úmidas nocivas, miasmas que assim entendia, afetariam moral, psicológica e intelectualmente as populações do além mar, tolhendo-as das virtudes do empreendedorismo, inteligência, discernimento e inventividade. Note-se que esta “teoria hidráulica” firmava-se numa crença muito difundida na mentalidade europeia da época quanto a malefícios advindos das paisagens naturais da América, fundamentadas num determinismo geográfico calçando doutrinas de inferioridade racial em face das influências do ambiente americano. Assim, não é de se admirar que embora o Conde de Buffon nunca tenha postulado a existência de processos degenerativos afetando europeus transplantados para a América, que outros intelectuais, mais notavelmente o jesuíta francês Guilherme Thomas François Raynal, o Abade Raynal (1713-1796), passassem a endossar nesta prédica os colonos euro-americanos, teorização prontamente endossada pelas metrópoles para justificar a subalternidade da aristocracia rural às monarquias metropolitanas. De acordo com Raynal, as elites brancas da América não teriam como prosperar no plano moral, intelectual e sequer do econômico, sendo o comando europeu a única opção para impedir o triunfo da selvageria e do caos.

Num plano espacial, diferentemente das colônias inglesas, a América Espanhola formava um cinturão de espaços estanques fortemente dependentes da Espanha. Estendendo-se desde as pradarias centrais dos atuais Estados Unidos, até a Terra do Fogo, na finisterra meridional, o Império Espanhol formava diferenciado mosaico de espaços desconectados uns dos outros, imantados por portos, mercados, mosteiros, núcleos militares e postos da administração colonial.

Na sua totalidade, estes pontos nevrálgicos do espaço colonial estavam conjuminados com redes de controle territorial e de circulação do excedente, que nada mais eram do que artérias do aparato de dominação territorial e corredores para deslocamentos que drenavam a produção para o exterior.

Não vingou, na América Latina, tal como ocorreu na América do Norte, um espaço polarizado nativo, articulando um entorno territorial local. Geograficamente, esta lacuna refletia o dinamismo desigual e combinado que articulava os circuitos de produção vitaminados pela relativa autarquia das economias locais com a economia metropolitana.

Inevitavelmente, uma decorrência das independências foi a prodigiosa fragmentação dos antigos vice-reinados implantados pelos espanhóis em solo americano num variado leque de repúblicas aristocráticas, cada uma das quais respondendo a anseios regionalmente circunscritos, desdobrando-se na instalação de Estados dotados de identidade frágil e pouco consistente, carentes de coesão política e social.

Neste sentido, na América Espanhola a criação dos novos aparelhos de Estado precedeu a constituição da nacionalidade e não o contrário. Assim, a estruturação política, ladrilhada por declinações locais e regionais muito distintas, destituídas de índole verdadeiramente nacional, necessariamente seria instável e sujeita a contratempos.

Obviamente, esta estruturação estanque do espaço e da economia, que nem mesmo dava conta de garantir a unidade dos Estados nacionais, tornava inviável a gestação de um projeto continental, pretensão posta à prova, para arrematar, pela difusa fragmentação política que irrompe a partir dos movimentos de autodeterminação (Figura 7).

Nesta declinação, os novos Estados soberanos respondiam precariamente às demandas por legitimidade, representatividade e governabilidade, colocadas sob o fogo cruzado dos interesses patrimonialistas de cada fração das antigas elites locais e pelo inconformismo social dos setores dominados. Logo, um argumento que explica a mobilização das elites

latino-americanas pelas independências foi o temor de que a disputa pelo poder lhe escapasse das mãos e fosse assumido pelos estratos marginalizados da sociedade.



FIGURA 7 - A fragmentação da América Espanhola foi origem de numerosos Estados soberanos. A cartografia política o comprova: embora os antigos quatro Vice-Reinados castelhanos servissem de marco histórico e geográfico para a autodeterminação da Hispano América, no bojo de cada uma destas vastas circunscrições surgiram novas nações, dezessete no total, desenlace que contrastou vividamente com a América Portuguesa, que se desdobrou num único Estado nacional, o Império do Brasil (Fonte: Pinterest, < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 11-01-2016).

Com efeito, negros, indígenas e mestiços, linhas de diferenciação étnica que em paralelo com brancos pobres, se confundiam com o campesinato explorado e numerosos setores urbanos marginalizados, sem demora ensaiaram diversas insurreições, ponto em cheque projetos políticos mesmerizados por modalidades de um “republicanismo” aristocrático. Nesta senda, enfrentando toda sorte de dificuldades, levantaram-se em armas contra a metrópole e em paralelo, hostilizaram e combateram a aristocracia *criolla*.

A rebelião do padre Miguel Hidalgo, no México, que estalou em 1810 ganhando vastas proporções, a ponto de ser conhecida como Primeira Guerra de Independência Mexicana (1810-1821), é uma excelente ilustração desta profunda turbulência política, social e cultural.

Embora de origem *criolla*, Miguel Hidalgo incorporou na pauta independentista, posições favoráveis aos injustiçados e excluídos, defendendo a abolição da escravidão e o fim dos tributos que penalizavam a população indígena.

Considerado o Pai da Independência Mexicana, Hidalgo protagonizou o célebre episódio do “Grito de Dolores”, um dos eventos mais marcantes da história do povo mexicano, ocorrido em 16 de Setembro de 1810.

Nesta data, Miguel Hidalgo, que oficiava na Igreja de Dolores, paróquia situada no Estado de Guanajuato, desencadeia a luta pela autodeterminação nacional levando consigo um estandarte da Virgem de Guadalupe, com o grito de guerra que deu origem à insurreição: “Viva a Independência, Viva a Virgem de Guadalupe. Morte ao mau governo” (Figura 8).

Movida por claros sentimentos de repúdio à metrópole e propensão antiaristocrática, atando num só feixe programático a rejeição ao domínio colonial castelhano temperado com rigorosa contestação das injustiças sociais, a insurreição medrou irrefreavelmente pelas terras do México.

Desafiando as forças coloniais e semeando pânico entre os *chapetones*, latifundiários, mineradores e comerciantes, o levante de Hidalgo despertou na elite mexicana o temor da repetição do mau exemplo haitiano, o que explica um claro realinhamento das forças da ordem para estancar a revolução em marcha.

Dessarte, suscitando truculenta reação da administração espanhola e da alta sociedade mexicana, a revolta foi duramente reprimida e afogada em sangue, prolongando-se, a despeito do fuzilamento em 1811 do Padre Miguel Hidalgo, até o ano de 1821.

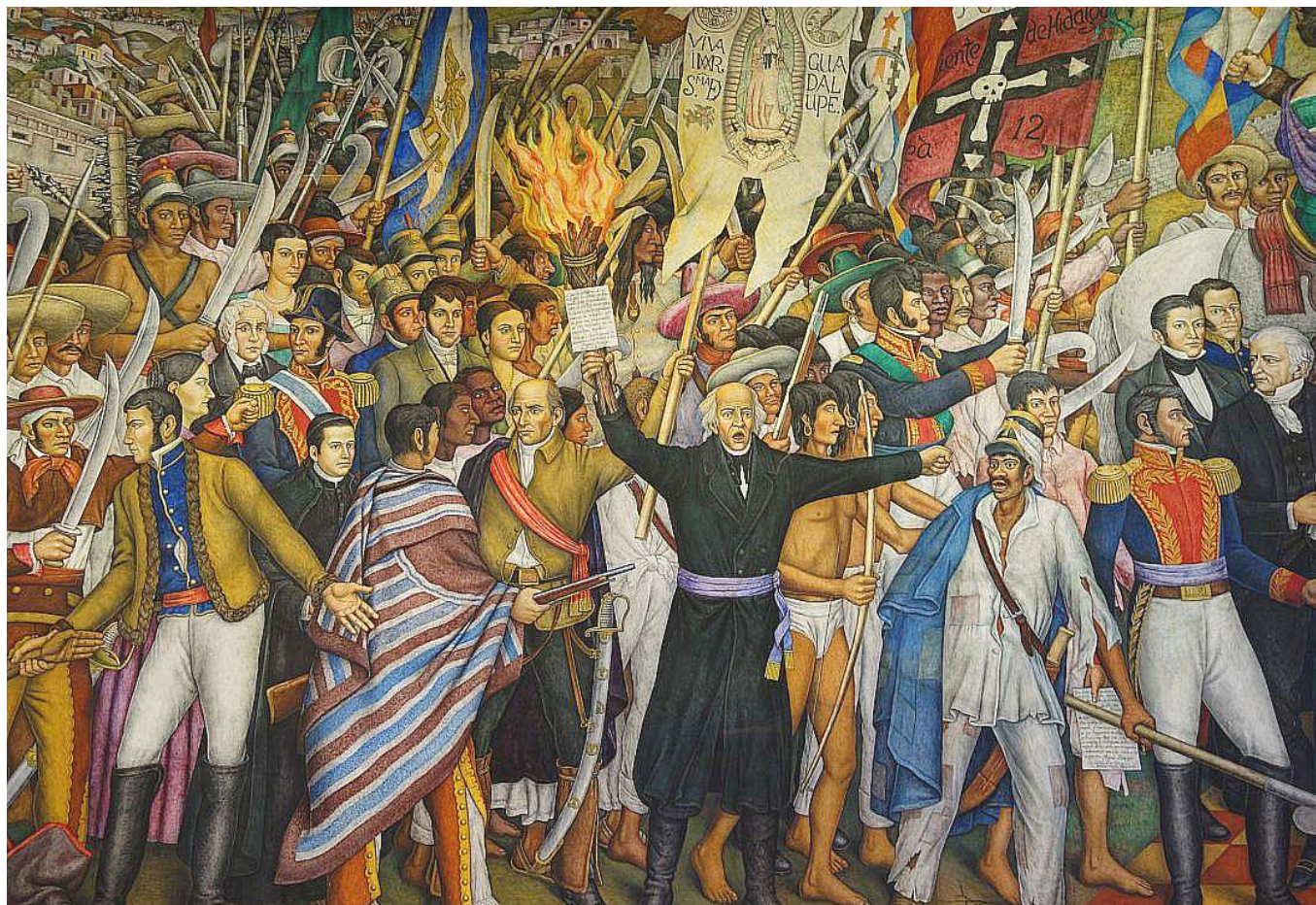


FIGURA 8 - O arquiteto, pintor e muralista mexicano Juan O'Gorman (1905-1982), é considerado um dos artistas mais notáveis deste país surpreendente que é o México. O'Gorman é conhecido por ter concebido os murais das paredes da Biblioteca da Universidade do México. Na seção do mural reproduzia acima, o artista retratou o "Grito de Dolores", pintura que incorpora um elenco de dezenas de figuras históricas, colocadas lado a lado. No centro está Miguel Hidalgo, o Pai da Independência Mexicana (Fonte: Pinterest, < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 11-01-2016).

Deste modo, numa diferença crucial com os rebeldes americanos, que se viram às voltas com uma *contrarrevolução* interna, disposta a arruinar a independência, na América Latina a elite *criolla* agia com celeridade para evitar, numa direção contrária, que uma *revolução* irrompesse no seio do processo de independência e tanto pior, que terminasse assumindo a titularidade do movimento de autodeterminação.

A solução, pois seria somente uma: antecipar-se à insurgência dos "de baixo", expulsar os espanhóis e posicionar a elite mandante local à testa de um novo aparelho de Estado, criado à sua imagem e semelhança.

Este procedimento cautelar explica, no plano do imaginário político, o motivo das lutas de emancipação ibero-americanas terem engendrado a imagem legendária do *Libertador*, quase sempre um membro da aristocracia rural educado na França, onde toma contato e incorpora discursos plenificados pelos ideais do iluminismo.

Nesta vertente pontificam líderes icônicos, em certa medida folclorizados e adereçados de atributos idealizados, como o argentino José de San Martín (Libertador dos países da Bacia da Prata e do Chile) e particularmente, o venezuelano Simón Bolívar (Libertador da Venezuela, Colômbia, Panamá, Bolívia, Peru e Equador).

Ambos originários das aristocracias locais e com experiência militar, e em que pese as diferenças no pensamento político de ambos, tanto San Martín quanto Bolívar constituem representações emblemáticas do Libertador enquanto personagem de proa nas lutas pela independência latino-americana.

Rubrique-se quanto ao perfil político dos dois libertadores, para a existência de projetos divergentes quanto à pauta independentista (Figura 9). Bolívar propunha a consolidação de novas repúblicas no espaço latino-americano, implicitamente reconhecendo os limites de um projeto unificador de dimensões continentais.

Por sua vez, San Martín posicionava-se a favor da implantação de um regime monárquico, entronizando um príncipe europeu a governar as novas terras libertadas, divergência que de igual modo, era uma clara evidência do prestígio de um imaginário político inspirado nas decadentes formas de governo europeias.

Entrementes, é importante sublinhar que as lutas pela autodeterminação não podem ser restringidas à atuação pessoal dos chefes independentistas. Nesta cena, deteve papel de primeira linha o auxílio haitiano para a libertação dos países da América Latina.

Por exemplo, Alexandre Pétion (1770-1818), primeiro presidente da República do Haiti (1806-1818), amparou política, militar e materialmente as campanhas de Simón Bolívar nas campanhas militares na antiga Nova Granada ¹⁷.

Fato repetidamente sonegado nas narrativas das crônicas institucionais, Bolívar recebeu de Pétion 4.000 mosquetes, 15.000 libras de pólvora, pederneiras à farta, toneladas de chumbo e uma máquina de impressão para calçar a propaganda independentista, auxílio considerável sabendo-se que o Haiti havia recém-saído de uma sangrenta e ruinosa conflagração anticolonialista.



FIGURA 9 - Encontro entre Bolívar e San Martín (respectivamente à esquerda e à direita), ocorrido na cidade de Guayaquil, no Equador, em 26 de Julho de 1822. A reunião, também conhecida como Conferência de Guayaquil, colocou em pauta o destino do Equador em face de divergências quanto à incorporação deste país no Peru ou na Colômbia. Este encontro de cúpula demonstrou as nascentes tensões que emergiam entre os novos grupos dominantes na América Espanhola, contradições que induziram uma inevitável fragmentação política do antigo Império Espanhol (Fonte: < <http://www.militaryheritage.com/bolivar.htm> >. Acesso: 10-01-2018).

Seguramente, o patrocínio haitiano foi fundamental para que a Venezuela se tornasse o primeiro país a se libertar do domínio espanhol, tornando-se independente em 1821, seguida da Colômbia, que se emancipou em 1822.

Além do préstimo haitiano, a Grã-Bretanha também prestou relevante serviço à causa da independência latino-americana. Mais do que qualquer outra potência mundial, o Reino Unido foi um centro de gravitação para líderes e apoiadores da autodeterminação.

A *British Legion* (Legião Britânica), formada por voluntários e mercenários sob comando de oficiais ingleses, esteve presente nos campos de batalhas em várias partes da América Latina, ao que se somou a importante retaguarda naval da marinha britânica e do apoio da chancelaria inglesa aos insurgentes (Figura 10).



FIGURA 10 - Placa comemorativa erguida na Colômbia em homenagem à *British Legion*. Tradução: “Esta cerca é feita de baionetas e canos de mosquetes utilizados pela Legião Britânica na Guerra de Independência e presenteada pelo município de Bogotá. Placa doada por H. E. Sir James e membros da British Legion , Seção Colômbia, 1959 (Fonte: Pinterest, < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 06-01-2016).

Entretanto, bem mais do que o Haiti ou o Reino Unido, um ator cujo protagonismo na autodeterminação pesou de modo estrutural e decisivo foi a massa de explorados da América Espanhola.

Apesar de esta participação ser amiúde esquecida nos livros didáticos, o fato é que sem a participação dos homens e mulheres do povo, as independências talvez jamais tivessem acontecido. Essencialmente porque a contestação armada ao poder colonial não tinha como dispensar o potencial combatente de amplas multidões pauperizadas e racialmente oprimidas.

Mas ao lançar mão deste expediente, não haveria como deixar alçá-las na linha de frente do cenário político, um jogo perigoso por armar e dar visibilidade para adversários potenciais dos *criollos* nos seus próprios calcanhares.

A despeito disso, anote-se que no andamento dos embates pela autodeterminação, a aristocracia *criolla* logrou manipular politicamente os grupos socialmente marginalizados que combateram a seu lado, terminando por submetê-los após a independência a uma renovada situação de hegemonia, agora sob sua direção.

Concorreu para o sucesso deste empreendimento o fato da liderança política ter um projeto de dominação claro o suficiente para amalgamar diferentes facções e cepas dos grupos dominantes sob um comando aceito justamente pela capacidade de compor um programa comum junto a um heterogêneo rol de oligarquias e de capacitar-se a uma composição competente com a ordem global.

Este fato, independentemente de diferentes visões quanto à estruturação dos novos poderes no continente, de um modo ou de outro conferiu ao bloco político formado pelas elites uma evidente unidade de ação.

A antiga aristocracia *criolla* passa então a monopolizar os cargos públicos e administrar o aparato de Estado em nome dos seus próprios interesses, aspiração esta que não tinha como ser contemplada no contexto do antigo regime colonial. Todavia agora escorada pelas repúblicas de poucos em detrimento das amplas maiorias.

Sopesando mais a fundo, a heterogeneidade do tecido social dos excluídos, somado às divisões sociais, étnicas, geográficas, culturais e religiosas ¹⁸, assim como a ausência de um programa politicamente claro e factível, lançou estes grupos à margem do processo, tornando-o presa fácil de políticas de cooptação.

E falhando o poder de convencimento, as novas repúblicas não titubearam em lançar mão do expediente da repressão militar, justamente com esteio nas próprias forças militares

criadas para combater os reinóis e o domínio castelhano. Em sendo assim, neste cenário aufere destaque um personagem comum à América Latina como um todo: o *caudilho* ¹⁹.

Constituindo encarnação militarizada do poder *criollo*, os caudilhos foram rapidamente transformados em supremos senhores dos espaços sob seu domínio direto, revezando-se no comando político a partir de disputas com outros chefes, origem de sucessivos golpes de Estado e ditaduras que passaram a vicejar ininterruptamente nas novas repúblicas ibero-americanas.

Na condição de chefes de Estado, os caudilhos se revelaram uma infelicidade a mais na trágica história da América Latina. Poderiam é claro serem definidos como prepostos do poder estrangeiro e figurantes de uma concertação mundial de exploração econômica. Mas não só isso. Colocar a questão nestes moldes seria baratear a gravidade da falta de solidez das instituições e dos mecanismos de representação.

O caudilhismo expressa, neste exato sentido, a inexistência de um projeto político a garantir representação plena às coletividades nacionais, exibindo sem qualquer máscara a truculência com que formas discricionárias de poder, altamente venais e patrimonialistas, estão profundamente imiscuídas ao afazer político na história latino-americana (Ver Box).

Ressalve-se que no panorama instaurado pelas independências nacionais, a desapareição do contrapeso metropolitano e a afirmação de tendências centrípetas na formação dos novos Estados nacionais não redundaram na mitigação da exploração da massa popular.

Assim, no que poderia ser interpretado como um fenômeno paradoxal, os aparelhos de Estado, antes de amenizar, *reforçaram* os mecanismos de espoliação econômica e social, em particular dos grupos indígenas, dos mestiços e afrodescendentes.

Por sinal, aspecto que exemplifica o quão pouco foi alterado nas estruturas sociais e econômicas nas novas nações independentes, mesmo o que poderia ser classificado como tarefa democrática mínima, a abolição da escravidão, esta foi no geral postergada ao máximo. Para tanto, basta averiguar a evolução da proscrição da escravatura nos países latino-americanos.

Constituindo medida irrevogável em sociedades vigorosamente amparadas em linhas de diferenciação étnicas e raciais, a liquidação da verdadeira algema de lágrimas que tantos sofrimentos causaram à população negra, tão somente acontece compassada por passos tímidos e claudicantes, prolongando-se por décadas após as independências.

Conquanto vários países tenham proibido o execrável tráfico negreiro (até porque a ação da marinha britânica tornaria sem efeito a persistência da atividade), e outras nações tenham libertado os escravos logo nos primeiros momentos da autodeterminação - caso do Chile, em 1823, da Federação Centro Americana em 1824 ²⁰ e do México em 1829 - a lentidão com que a escravidão foi sendo abolida foi flagrante.

O CAUDILHO MODELO

O caudilho Antonio de Padua María Severino López de Santa Anna y Pérez de Lebrón (1794-1876), que entrou nos livros de história como General Santa Anna, nasceu numa rica família de comerciantes de origem *criolla* com fortes vínculos com a administração colonial. Santa Anna seguiu carreira militar ainda no período da dominação espanhola, e como uma espécie de “rei não coroado”, dominou a história do México na primeira metade do século XIX. Durante as lutas pela independência, lutou ao lado dos legalistas, mudando de posição no frisar dos eventos. É tido como a figura caudilhesca mais estereotipada na história mexicana. Conhecido pelo desprezo que reservava aos indígenas e mestiços, governou o país com mão de ferro. Algoz do seu próprio povo, Santa Anna não desempenhou a mesma maestria durante a desastrosa guerra com os Estados Unidos, na qual o México foi amputado primeiramente do Texas (1845) e posteriormente, de todos os territórios localizados entre o Mississípi e a Califórnia (1846-1848). Violento, autoritário e corrupto, Santa Anna transformou o erário numa extensão de sua riqueza pessoal, nisto incluindo até mesmo o desvio dos fundos obtidos com a venda do Território de Gadsen para os Estados Unidos em 1854. Apesar do trato generoso que reservava aos militares, isto se mostrou insuficiente para conter a fúria popular e o inconformismo das próprias elites mexicanas. Em 1855, um grupo de liberais liderados por Benito Juárez e Ignacio Comonfort derrubou Santa Anna do poder, que fugiu para Cuba, na ocasião ainda uma possessão espanhola. Devido aos seus sucessivos atos de corrupção, Santa Anna foi julgado à revelia por alta traição, sendo suas terras e bens confiscados pelo governo. Estereótipos a parte, poucos poderiam afirmar que Santa Anna não representa o que os líderes latino-americanos - e isto até os dias de hoje - podem apresentar de pior.

Contrariando antigas promessas e questões de princípio, as elites resistiram inclusive, até onde isto foi possível, à interesseira pressão dos britânicos pela libertação dos escravos. Decisão marcada por marchas e contramarchas, choques e acordos, protelamentos e

tergiversações, a questão da abolição da escravidão motivou acesos debates por longos anos, não carecendo de tentativas cínicas e despudoradas em fazê-la retroceder e até mesmo de reimplantá-la.

Para certificar esta afirmação, basta acompanhar a cronologia da abolição, país por país: Uruguai, 1842; Bolívia, 1851; Colômbia, 1851; Equador, 1852; as Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina), em 1853; Venezuela, em 1854; Peru, em 1855; Cuba, em 1886, e finalmente em 1888, o Brasil, o último país do mundo a abolir a escravidão.

Assinale-se igualmente que o diploma legal de término oficial da escravidão não implicou na sua erradicação de fato. Anos e décadas após o anúncio oficial, um tráfico clandestino de escravos permaneceu em pleno vigor, ao mesmo tempo em que nas regiões mais afastadas, a legislação abolicionista foi simplesmente ignorada.

Concorreu para o boicote da abolição o entremetimento do poder oligárquico, com os grandes proprietários desempenhando o papel de impor “a lei e a ordem”, as altas rendas proporcionadas pelo comércio de carne humana e também, inflexões culturais e racistas, difíceis de serem erradicadas, modeladas pela percepção da naturalidade da escravidão e suposta inferioridade dos afrodescendentes.

Este debate ficaria também incompleto omitindo-se o sentimento de verdadeira traição dos independentistas à causa da eliminação do trabalho escravo. Exemplificando, a despeito do crucial apoio logístico oferecido pelo Haiti, Símon Bolívar jamais reconheceu a independência deste país. Em 1826, quando presidiu o Congresso do Panamá, reunindo as repúblicas americanas, recusou-se, a título de agradar os Estados Unidos, a convidar o Haiti para participar do encontro.

Em outro ato de ingratidão histórica, embora a única solicitação expressa dos haitianos no apoio às insurgências fosse a abolição da escravidão, esta de fato até aconteceu. Mas, retenha-se que muito tempo após a autodeterminação. A Colômbia libertou os escravos apenas em 1851 e a Venezuela, em 1854. Conferindo melhor, cronologicamente 30 e 32 anos após a independência.

Entendendo que o processo a conta-gotas de transição da escravidão para o trabalho livre e assalariado evidencia o grau altamente inercial da economia e da sociedade latino-americana, no plano das relações internacionais é crucial assinalar que a independência política da América Castelhana igualmente não ousou romper com as amarras políticas,

sociais, culturais e econômicas responsáveis pela perpetuação da dependência com o exterior.

Nesse sentido, a autonomia, no prisma da geografia econômica global, significou acima de tudo a abertura de mercados para a Inglaterra, repactuando a sistemática de extração do excedente econômico e a concentração das riquezas produzidas na Europa, um novo ciclo que contou com aquiescência das novas elites governantes.

Seminalmente, as independências constituíram um *ato conservador*, através das quais os *criollos* assumem o poder sem questionar o modelo de dominação internacional, que se mantém sediado nos países afluentes do Hemisfério Norte. Em síntese, isto comprova o quanto a autodeterminação latino-americana se firmou ao sabor da ordem internacional, e não em dissociação a ela.

Neste horizonte, não seria demasiado registrar as exceções configuradas pelo Paraguai e Haiti. No caso paraguaio, tratou-se do único país sul-americano que após a independência procurou pôr em prática um modelo de Estado, sociedade e economia voltado para as necessidades nacionais, dispensando a suserania estrangeira (leia-se: a tutela britânica), projeto ao qual somava um forte senso identitário autóctone.

Contudo, a atitude ativa do país guarani seria o catalisador da Guerra do Paraguai (1864-1870), na qual a Tríplice Aliança - formada por Argentina, Uruguai e pelo Império do Brasil - combateram sem piedade o Paraguai com auxílio financeiro, diplomático e militar inglês, um enfrentamento sangrento que quase se desdobrou no extermínio total do povo paraguaio e na supressão da nação paraguaia do mapa político sul-americano.

Quanto ao Haiti, deve-se atinar que esta nação, a despeito do pioneirismo em abrir as comportas da rebeldia dos latino-americanos frente ao opressivo regime colonialista, despertou diversas hostilidades e o repúdio incondicional das elites *criollas*, das potências europeias e dos Estados Unidos.

Não haveria como deixar de ressaltar, quando a notícia da revolta haitiana de 1791 alcançou o então presidente George Washington, antigo líder da independência norte-americana, este se inclinou a auxiliar não os revoltosos, mais sim a elite proprietária franco-haitiana. Numa perspectiva idêntica, o presidente Thomas Jefferson, temeroso dos reflexos da rebelião na massa de escravos sulistas, apoiava a continuidade da escravidão no Haiti.

Confirmadamente, a fidalguia sulista dos Estados Unidos, em aliança com a elite latino-americana e as potências europeias, todos inconformados com a radicalidade do processo haitiano, agiram para impor ao país um cruel bloqueio político, diplomático e econômico, papel que a potência norte-americana desempenhou com ostensiva dedicação (Ver Box).

DURAS REPRESÁLIAS CONTRA O HAITI

Os Estados Unidos e o Haiti compartilham longa história de laços problemáticos. Para os latifundiários sulistas, a existência de uma nação de escravos libertos era um mau exemplo para os escravos dos Estados Unidos, uma autêntica pedra no sapato da aristocracia rural norte-americana, que confiava na continuidade da escravidão após a independência. Esta animosidade azedou desde o início o relacionamento entre os Estados Unidos e a República do Haiti, retardando o reconhecimento oficial do Haiti pelos EUA, que ocorre somente em 1862, 58 anos após a independência. Contudo isto não significou o fim dos atritos entre as duas nações. A Marinha norte-americana interveio com frequência na política haitiana, sempre a título de “proteger vidas e propriedades americanas”, nada menos que 19 vezes entre 1857 e 1913. Para arrematar, os EUA ocuparam o país entre 1915 e 1934. Mesmo após a retirada das tropas, prosseguiu um histórico de intervenções que se mantém até nossos dias.

Levado a cabo ao longo de décadas, o isolamento do Haiti, e porque não, a demonização da primeira república afro-americana do continente, resultou em gravíssimas sequelas para a consolidação da nova nação, uma verdadeira represália que calçou a pauperização da economia e da sociedade haitiana. Este, foi o preço pago pelo Haiti em vista da adoção de um programa político que ousou seguir mais longe do que a ordem global preconizava.

Logo, com base no que foi exposto, não existiu uma real independência ibero-americana. Economicamente as novas nações permaneceram na órbita ocidental, particularmente da Inglaterra, restritas ao papel de fornecedoras de minérios, gêneros tropicais e de toda sorte de *commodities*²¹.

Deste modo, as independências se consorciaram a uma estrutura de trocas desiguais que acatou clara linha de continuidade com o papel subalterno conferido à América Latina no período mercantilista, agora instrumentalizado para favorecer a Grã-Bretanha.

Nesta perspectiva, o Reino Unido observou enorme reforço na função de fornecedor de bens manufaturados. Graças aos novos mercados abertos nos países latino-americanos, estima-se que o intercâmbio comercial inglês com a região correspondia no Século XIX a pelo mínimo 40% das exportações britânicas.

A derrota espanhola, secundada pela independência do Brasil, realçou a Inglaterra como potência mundial, lhe permitindo minimizar o impacto do insucesso acachapante frente aos rebeldes das Treze Colônias, abrindo-lhe uma promissora janela de oportunidades. Até a Primeira Guerra Mundial, 50% do investimento estrangeiro britânico era alocado nesta parte do mundo.

Mas, a Grã-Bretanha magnetizaria este processo por não mais que algumas décadas. O crescimento exponencial da economia norte-americana haveria, cedo ou tarde, colocar em os papéis a serem desempenhados pela América Latina, desta vez com o gigante norte-americano disputando a liderança continental. E uma vez mais, a América Latina figuraria não como ator autônomo, mas sim, como coadjuvante de segunda linha no cenário continental.

A partir dos anos 1830, a Ibero-América foi gradativamente alinhada com base nas regras estabelecidas por um novo poder regional, exercido sem maiores rodeios pelos EUA, que rapidamente transformaram a região ao Sul do Rio Grande como área privativa da agora potência mundial estadunidense e o Caribe, numa espécie de quintal geopolítico *yankee*.

Neste sequenciamento, caberia aquilatar *a reincidente presença do contraditório* nos diferentes episódios que marcaram a autodeterminação latino-americana. Trata-se de uma admoestação essencial para pontuar que os processos históricos não são lineares e que qualquer tentativa em apreciá-los com este mote, suscita leituras que em vez de explicitarem, mistificam o entendimento da realidade histórica.

Neste prisma, o conteúdo de novidade desvendado pelo dinamismo social interage com a persistência daquilo que é antigo, que, no entanto, nunca é suplantado na sua totalidade e tampouco zerado.

Por outro lado, traduzindo dilemas que se mantêm irresolutos, o contraditório constitui igualmente um convite para a confecção de novos projetos. Um refazer de metas e expectativas que lenta, mas inexoravelmente deixam sua marca no imaginário social e na prática real das sociedades. Construindo, ainda que de modo igualmente contraditório, novos caminhos rumo ao inédito.

A INDEPENDÊNCIA DA AMÉRICA PORTUGUESA

Em conformidade com o que pôde ser aferido nos parágrafos anteriores, inexistem eventos globais destituídos de uma filiação ajustada às singularidades dos espaços locais, regionais e nacionais. Na contramão, dinamismos de escala não-global descolados de uma chancela internacional também são algo seguramente fora de cogitação.

Coerentemente, essa interconexão perpétua promove e respalda o enquadramento dos eventos na ordem internacional e em igual medida, se especifica com uma articulação junto às particularidades inerentes a cada evento particular.

Assertiva válida para o conjunto da trajetória histórica humana, esta dinâmica, que gera interações e clivagens, se repete quando o assunto em pauta são as autodeterminações latino-americanas como um todo e evidentemente, na independência do Brasil. Neste sentido, há que ser frisada a nota comum, destacando analogias e semelhanças entre o processo brasileiro e as independências das nações hispano-americanas.

Assim, tanto num caso como noutro, a autodeterminação foi embalada pela aspiração das camadas altas da sociedade colonial em alçar-se ao mando político, suprimindo deste cenário as massas exploradas, para na esteira desta reformulação política, estabelecer relações diretas com o novo centro dinâmico da economia mundial: a Inglaterra.

Acompanhando esta modulação, a autodeterminação brasileira evocaria, pois um ato igualmente conservador: não questionou os vínculos de dependência para com os países centrais do sistema global; não revolucionou o sistema produtivo; não alterou os modelos culturais de dominação e de prestígio social; muito menos se empenhou na erradicação das injustiças sociais que oprimiam as camadas exploradas, particularmente os escravos.

Porém, diferentemente das independências da América Hispânica, a quebra do pacto colonial no Brasil foi perpassada por particularidades ponderáveis, que deram o tom na feição que tipifica a autodeterminação brasileira. Nesta, uma nota axial refere-se à manutenção da unidade política e territorial, que assegurou uma moldura formada pelas territorialidades esculpturadas durante a dominação lusitana.

Apreenda-se que quando citamos a existência de uma diversidade territorial, difusa por todo o espaço que passou a ser identificado como Brasil, que não estamos nos referindo

aos diferentes modos de vida, de sistemáticas culturais e de interação econômica, tais como podem ser radiografados no país nos dias de hoje. Isto em razão de que durante a maior parte do tempo, a dominação colonial a América Portuguesa *não constituía uma unidade política e territorial bem definida*.

Neste sentido, uma ponderação inicial a ser feita é que o Império Ultramarino Português na América do Sul atendeu a uma *estruturação granular*, descontínua e multifacetada. Traduzindo esta asserção numa ótica espacial, o poder colonial português se estabeleceu com base em pontos de apoio isolados, notadamente ao longo da costa e dos grandes rios, territorialmente distantes uns dos outros, se contatando de modo ocasional e via de regra, mantendo laços econômicos pontuais entre si.

Estes espaços estavam separados por sertões infindos, considerados desabitados e “terra de ninguém”, que apenas em termos nominais estavam submetidos aos portugueses. Mas, a despeito de carimbadas como “vazias”, estas terras eram habitadas por etnias indígenas, assentamentos quilombolas (Vide Box), e coletividades tradicionais formadas por brancos e mestiços, que vivendo ao largo do núcleo principal da colonização, com o tempo engendraram novos protagonistas regionais: sertanejos, ribeirinhos, jangadeiros, marisqueiros, caipiras, varzeanos e caiçaras.

QUILOMBOS ONIPRESENTES

Até os dias de hoje, as concentrações quilombolas são constatadas no Brasil, exceto o Acre e Roraima, em todas as unidades da federação. Estimativas de especialistas, técnicos governamentais e movimentos sociais, apontam a existência de três mil destes assentamentos, cifra corroborada por órgãos de governo, que listam 3.524 comunidades de quilombos em 2012. *En passant*, cabe o reparo de que esse número pode ser ainda maior. Tratando-se de cartografia étnica ainda em processo de lapidação, inúmeras comunidades quilombolas aguardam reconhecimento e regularização cadastral.

Foi justamente a fragilidade desta textura espacial, a indefinição do contorno territorial (que incluía muitas áreas litigiosas) e a necessidade de manter a presença da metrópole, que induziu a criação de administrações coloniais com escala geográfica mais ampla, procurando imprimir alguma unidade aos fragmentos de soberania, autoridade que se manifestava na criação de guarnições militares, postos de vigilância e missões religiosas.

Assim sendo, desde o Século XVII, a administração colonial foi sancionada por meio de duas vastas circunscrições espaciais, políticas e burocráticas: de um lado o *Estado do Brasil* e de outro, o *Estado do Maranhão*, mais tarde rebatizado como *Estado do Grão-Pará e Maranhão*.

O Estado do Brasil tinha sob suas ordens as porções da costa Leste brasileira, com capital sediada primeiramente em Salvador e em seguida, no Rio de Janeiro. O Maranhão ou Grão Pará, se estendia desde a Capitania do Ceará ao Vice-Reinado do Peru, adotando por sede a cidade de São Luís e depois Belém, bem na entrada dos domínios amazônicos.

Como resultado, o espaço brasileiro foi delineado com suporte em dois grandes eixos geográficos: um *horizontal*, acompanhando o rio Amazonas, sinteticamente o Grão-Pará; outro *oblíquo*, seguindo a costa marítima, o Estado do Brasil. Portanto, existiam duas grandes dependências coloniais lusitanas (Figura 11), cada uma das quais respondendo a Lisboa por intermédio de um aparato administrativo próprio.

Isto significa que outrora, a região hoje conhecida como Amazônia ou Região Norte (agregada a nacos do atual Nordeste), constituía de um modo ou de outro, um espaço histórica, geográfica, cultural, econômica e administrativamente dotado de vida própria.

Sublinhe-se que na história colonial, a região amazônica estaria, em tese, juridicamente fadada, por força do Tratado de Tordesilhas (1494), a integrar as terras do rei de Castela, pois em toda sua extensão, localiza-se a Oeste do meridiano que identificava o senhorio dos portugueses das possessões castelhanas.

Porém, desafiando esta linha imaginária, o capitão-mor português Francisco Caldeira Castelo Branco fundou, em 1616, na foz do rio Amazonas, o Forte do Presépio, marco que deu origem à atual cidade de Belém, servindo como ponto de apoio para o povoamento do vale amazônico.

A organização econômica da Amazônia foi inteiramente diferente das terras do Estado do Brasil. O Grão-Pará/Maranhão virtualmente desconheceu a marcha processual de grandes ciclos econômicos brasileiros (açúcar, algodão, café, mineração, pecuária), assentando-se no extrativismo das chamadas “drogas do sertão”, uma gama de produtos vegetais extraídos das matas da Amazônia para atender mercados europeus ²².

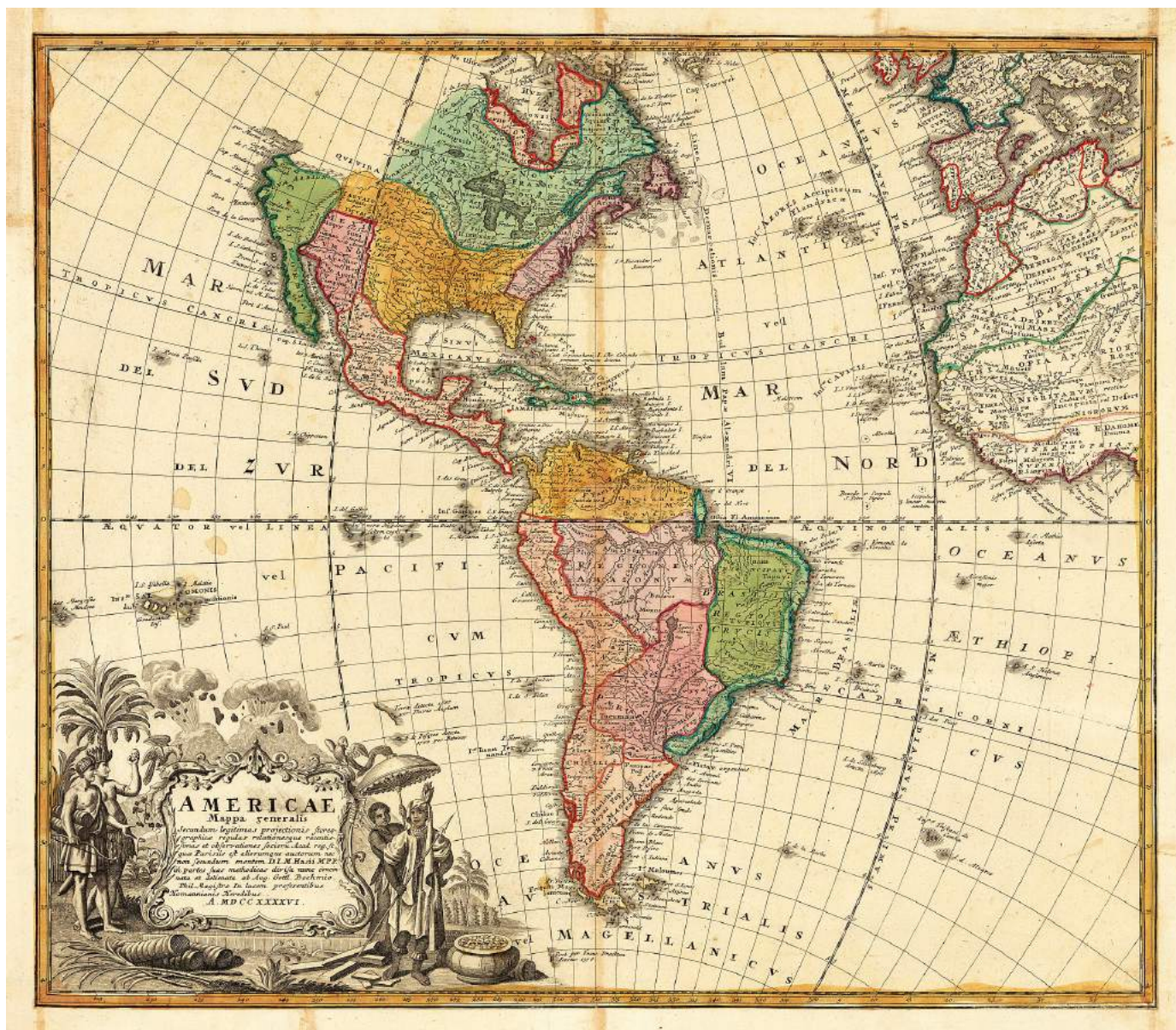


FIGURA 11 - Os mapas dos anos setecentos seguidamente discriminaram os domínios lusos em dois domínios: o Estado do Brasil e o do Maranhão ou Grão-Pará, este último, também objeto de registro cartográfico como Amazônia. Chama a atenção de que não existe, a rigor, divulgação de peças cartográficas com este tema nos livros didáticos brasileiros. Os materiais que circulam em sala de aula trabalham implicitamente com a ideia de que o Brasil preexiste à independência, e que a nação na qual hoje vivemos, possui um embasamento *a priori* na história e na geografia. Algo que pura e simplesmente é uma inverdade. No mapa acima reproduzido, percebe-se claramente a região litorânea em verde-escuro (Brasil), constituindo uma área diferenciada da Amazônia (Grão-Pará), em rosa claro. Em verde-claro, um “vazio” jurisprudencial formado por territórios indígenas (Fonte: < <https://maps-prints.com/antique-maps-north-america/4010-americae-mappa-generalis-secundum-homann-heirs-1746.html> >. Acesso: 04-01-2016).

Em termos geoespaciais, contribuía para o isolamento da Amazônia a maior fluência dos contatos marítimos entre Lisboa e São Luís/Belém do Pará, trajeto mais curto e mais rápido pela influência das correntes marítimas, que ao mesmo tempo, embaraçavam os contatos com Salvador e o Rio de Janeiro.

Mesmo a controvertida dissolução e incorporação do Estado do Maranhão em 1774 ao Estado do Brasil, não diluíram a identidade geográfica, cultural e política da região. Neste recorte, existem polêmicas quanto às implicações da subordinação do antigo Grão-Pará ao Estado do Brasil.

Contudo, expectativas e invectivas burocráticas e políticas à parte, as terras amazônicas mantiveram-se concretamente como um rincão periférico na formação espacial brasileira, que de qualquer modo não afetaram os laços mantidos com Portugal. Dáí que a Amazônia manteve relações diretas com Lisboa até o final do período colonial.

Adicionalmente, outro fato decorrente da absorção do Estado do Grão-Pará, é que por consequência, a Amazônia terminou por ser integrada ao Império *do Brasil*, resultando na assimilação do vasto setentrião amazônico no interior de uma governança absolutamente nova.

Como não poderia deixar de ser, esta medida, na percepção dos súditos amazônidas, isto implicou num rebaixamento do *status* do Grão-Pará, agora transformado numa longínqua província de um novo e pouco familiar centro de poder, o Rio de Janeiro.

Tratando-se, pois de uma região pontificada por processo histórico e econômico próprio e por uma geografia expressamente singular, esta peça factual contribui para explicar as crispações que induziram a contestação ao poder imperial na Região Norte, evidente em rebeliões como a Cabanagem (1835-1840), intemperança sufocada pelo Império ao custo do extermínio de 40% da população da província.

Porém, nada disto sugere a negação de uma segunda ordem de contradições espaciais e políticas, aninhadas por sua vez nos múltiplos recortes regionais: o Sul gaúcho; a região das Minas Gerais; o Vale do Paraíba com Rio de Janeiro; os domínios da Caatinga; o litoral do Nordeste brasileiro (seccionado em áreas de influência capitaneadas por Fortaleza, Recife e Salvador); a Província de São Paulo de Piratininga e os campos de Goiás e de Mato Grosso, espaços em uníssono, conotados por peculiaridades indiscutíveis.

Nesta derivação, os paulistas de Piratininga encetaram trajetória ímpar. Assentados nas cristas de imponente obstáculo natural, a Serra do Mar, os solitários mamelucos desta cidadela responderam, a partir deste marco geográfico, aos desafios pautados por um ambiente estranho (quando não hostil), diuturnamente em relativo descolamento dos polos centrais da administração colonial lusitana, dado determinante para São Paulo plasmar a seu modo, léxicos históricos e geográficos cabalmente idiossincráticos.

Não obstante o “limbo” que a excluiu em função de uma condição periférica ao circuito atlântico lusitano, e igualmente marginal quanto à relação ao seu congênere castelhano, o circuito potosino, Piratininga tirou proveito, entre os séculos XVI a XVIII, desta janela de oportunidade de se fazer presente num “vácuo jurisprudencial” que separava duas grandes redes de circulação da América colonial.

Deste modo, na amplitude silenciosa deste vazio se desenrola o avanço bandeirante, abrindo caminhos pelos sertões à revelia do Tratado de Tordesilhas, com roteiros que promovem o ingresso na economia global da época de novas minas de ouro, prata e de pedras preciosas e em paralelo, adiantando-se ou enfrentado o poder espanhol em paragens longínquas e ainda muito mal conhecidas, modelando nesta trajetória, tanto a futura formação territorial do Brasil quanto os domínios portugueses na América do Sul (Figura 12).

Assim, a vila miúda de Piratininga assenhoreou-se de um compartimento territorial que a vista das redes de circulação montadas pelos poderes metropolitanos luso e espanhol, compunha um espaço periférico aos ciclos lusitanos atlântico e amazônica e por força de determinações geopolíticas, ao circuito potosino castelhano, agindo neste particular, em parceria com a “vila gêmea” de Assunção, no Paraguai.

Anote-se, por outras vias, que variadas glosas poderiam também ser evocadas para o *interregno* que se estende nos sessenta anos de domínio espanhol durante a Era Filipina (1580-1640), pródigo de desdobramentos que não tem recebido merecida atenção de que deveria desfrutar.

A Era Filipina, foi tanto um resultado quanto um fator indutor de oscilações na ordem internacional da época, incluindo-se nesta última declinação, as reverberações que catalisaram reacomodações internas no Brasil na relação com o império espanhol como um todo e nesta vertente, dinamizando novas conexões regionais e criação de laços com outras áreas dos domínios castelhanos, nota crucial para explicar, por exemplo, o fenômeno bandeirista e a ultrapassagem da linha do Tratado de Tordesilhas.



FIGURA 12 - O Mapa digitalizado acima, excerto de “Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas” (TAUNAY, 1952: 3), é uma das representações cartográficas da expansão da Capitania de São Paulo, cotejando um ápice de jurisdição territorial (ano-base de 1709). Porém, este território não pode ser entendido como espaço efetivamente sob batuta institucional de São Paulo em vista de que, em grande parte, consistia de uma territorialidade nominal, quando muito *de jure*, mas nunca *de facto*. Portanto, não efetivamente incorporada ao mando paulista. Sob outras perspectivas, cartas deste tipo, apesar de embasadas num subtexto ufanista, são ao mesmo tempo reveladoras do quanto a influência paulista se fazia palpável e notada no interior do país, espraçando-se num *locus* espacial pouco tocado pela rede de circulação lusa do Atlântico, a Leste, ou pelo esquema espanhol potosino, a Oeste.

Isto posto, se impõe o parecer de que o novo país conhecido sinteticamente como Brasil, adveio da unificação, numa única soldadura política e territorial, de múltiplos e diferentes recortes regionais e históricos, que no geral, destoam das leituras esquemáticas sobre a colonização e a formação territorial brasileira.

Por extensão, o Brasil materializa um espaço nacional colocado após a independência sob gestão de um regime imperial, que se confirmou enquanto autoridade estatal durante quase sete décadas (1822-1889), que tinha como ordem do dia, amalgamar uma “unidade territorial” que não foi de modo algum, herdada do período colonial português.

Deste nexos mais abrangente, decorre outra notação basilar, direcionada à especificidade com que os vínculos com o exclusivo metropolitano foram rompidos. Muito embora, conforme registrado anteriormente neste texto, as leituras da realidade colonial no geral exacerbem um papel onipotente para a ação das metrópoles, factualmente, no contexto brasileiro, estas premissas se revestiram de um colorido próprio, sem paralelo com as demais nações latino-americanas.

Aparte a intrepidez a que esta nação foi alçada nos momentos iniciais de consolidação das monarquias nacionais europeias, com Portugal se lançando na aventura marítima e a proeminência conquistada no interior do sistema mercantilista, nada obsta desconsiderar que o país carecia de recursos naturais e humanos, abrindo portas para a irrupção de toda sorte de excepcionalismos.

Nesta ordem de considerações, sublinhe-se que no plano geográfico imediato o país era permanentemente ofuscado pelo poderio do Estado castelhano. Este condicionante foi levado às últimas consequências no Período Filipino (1580-1640), quando a Espanha se assenhoreou de Portugal e das colônias que estavam sob sua responsabilidade, um vasto espólio territorial que incluía o Brasil.

Neste recorte, a fragilidade portuguesa impediu que o país desenvolvesse atuação mais direta nos espaços coloniais sob seu mando, compelindo-o a adotar estratégias criativas para assegurar a manutenção do pacto colonial, amiúde abrindo mão de prerrogativas clássicas como o controle do tráfico de escravos, e a incorporação de súditos dos espaços coloniais na administração e gestão do império.

Advirta-se quanto a determinado simplismo que vincula a relação oceânica do Atlântico ao pacto colonial. Na época da Restauração (1640), quando finda o domínio espanhol em Portugal, comerciantes brasileiros já haviam assumido o controle efetivo dos portos lusos

no litoral africano, sugerindo, inclusive, que a titularidade dominial sobre os territórios portugueses em África estariam, desde esta época, sob jurisdição efetiva dos brasílicas.

Assim, não há como não atinar para a fragilidades da metrópole portuguesa em fazer valer efetivamente seu mando político, social, cultural e econômico. Contudo, retenha-se que esta apartação da metrópole na vida colonial não se desdobrou, tal como acontecera nas Treze Colônias, na irrupção de uma formação econômica endógena. Antes, promoveu a fagocitose ou cooptação das engrenagens do sistema político e econômico criado pelos portugueses em proveito de grupos locais.

Este fenômeno, embora também presenciado na América Espanhola ²³, foi conotado no Brasil por uma erosão das prerrogativas da “nação mãe” num patamar bem mais incisivo. É o que pode ser sublinhado quanto ao chamado *exclusivo* comercial.

Pontuação quase sempre pouco comentada ou simplesmente omitida, durante o período colonial se fez valer, por exemplo, um intercâmbio secular que terminou por amalgamar a economia brasileira à africana, praticamente colocando à margem o aval mandante dos lusitanos.

Muitas pesquisas comprovam que esta rede comercial, acatando orientação Leste-Oeste, foi pouco a pouco desvencilhada da gestão de Lisboa, com os brasileiros assumindo, principalmente a partir de meados do Século XVIII, o controle das rotas de comércio entre Recife, Salvador e Rio de Janeiro com Luanda, Cabinda, Moçambique e os entrepostos do Golfo da Guiné.

Ao longo de séculos, é justamente esta evolução que permite dar como certo que Angola e muitas cabeças de ponte de Portugal no litoral da África se tornaram *de facto*, ao final do Período Filipino, verdadeiras dependências do Brasil.

Isto significa, dentre outras implicações, que o tráfico negreiro foi bem mais do que um malfeito meramente europeu. Na realidade, numerosíssimas famílias tradicionais do Nordeste brasileiro foram traficantes de escravos no passado colonial e durante o período imperial. Desta feita, no debate relacionado à escravidão, justificadamente deveriam ser colocadas, junto com seus parceiros europeus, no banco dos réus como corresponsáveis por esta autêntica calamidade.

Para arrematar, o relacionamento comercial entre as duas margens do Atlântico era marcado por uma complexidade mais acentuada do que os livros didáticos informam.

Embora constituídas no âmbito da ordem implantada por Portugal no Atlântico, as interações comerciais, contrariando alegação que por força da repetição, terminou sacramentada com uma verdade, não tinham o tráfico negreiro como atividade exclusiva.

Abarcando um período de mais de trezentos anos, durante o período colonial o comércio Brasil-África foi paulatinamente se diversificando. Descontando-se os bens que eram pura e simplesmente contrabandeados, prática endêmica durante todo o período colonial, envolvendo reinóis, nativos e onipresente rede de cumplicidade, uma heterogênea pauta de mercadorias animava pujante atividade mercantil nos dois lados do oceano.

No alvorecer do Século XVIII transitavam do Brasil para a África o açúcar, tabaco, cachaça, arroz, metais preciosos, carne-seca e tecidos; da África para o Brasil, o algodão, arroz, marfim, cera, resinas, enxofre, panos da costa, sabão, manteiga de carité, azeite de dendê e a noz-de-cola.

Este intercâmbio foi encampado por opulentas dinastias comerciais, titulares de casas mercantis que basicamente trocavam entre si bens nativos, uma evidente discordância para com o modelo tradicional de análise. Ou ao menos, na tonalidade como o tema tem sido repetidamente transmitido e ensinado.

Esclarecendo melhor, este comércio tinha por interlocutores nas costas africanas e brasileiras membros das mesmas famílias e redes sociais, brancas, negras e/ou mestiças, uma realidade que coloca a análise da independência e do período que se seguiu a esta, num contexto atlântico, e não meramente sul-americano.

Dentre os empreendedores que animavam o relacionamento comercial entre as duas margens do Atlântico se notabilizaram os chamados *brasileiros*, *agudás* ou *retornados*, tal como eram conhecidos os ex-escravos do Brasil que tomaram o caminho da África.

Esse grupo fundou em terras dos atuais Togo, Gana, Nigéria e Benim, no Golfo da Guiné, diversos núcleos comerciais. Nestes países, os retornados mantiveram tradições culturais brasileiras, o uso da língua portuguesa e criaram bairros próprios em diversas cidades, tais como o *Brazilian Quarter*, em Lagos, na costa da Nigéria (Figura 13).

Ora imiscuindo-se aos negócios dos potentados africanos nativos, ora integrando-se à burguesia mercantil local, os laços Brasil-África constituem expressão viva de um *contexto atlântico* de contatos, nota essencial à história brasileira.



FIGURA 13 - Residência de Candido da Rocha, nascido na Bahia e que na condição de retornado, tornou-se o homem mais rico da Nigéria no Século XIX. Notar que este imóvel, à semelhança de muitas outras edificações erguidas pelos brasileiros em todo o Golfo da Guiné, repete o padrão arquitetônico das construções coloniais do Brasil (Fonte: < <http://lagbajaomonaija.blogspot.com/2017/08/da-rocha-lagos-richest-man.html> >. Acesso: 06-12-2018)

Nesta declinação, de um modo bem mais complexo do que geralmente está consignado nos materiais didáticos, o papel do Atlântico como uma *estrada líquida* unindo o Brasil e a África é um dos temas que merecem revisão e releitura por parte dos sábios da academia, da *intelligentsia*, dos educadores e do conjunto da opinião pública nacional.

Outro aspecto em que a independência brasileira distingue-se das autodeterminações da América Latina reside na forma como são rompidos os laços com a metrópole. No que diferencia totalmente a emancipação brasileira do processo hispano-americano, os atores que encabeçam este processo estavam encastelados na própria casa real metropolitana, dado materializado na icônica transferência da família real e de sua liderança máxima, o rei Dom João VI em pessoa, às terras brasileiras em 1808.

Isto acontece a pretexto da dinastia escapar das tropas comandadas pelo general Jean-Andoche Junot, que agindo sob as ordens de Napoleão Bonaparte, perigosamente se aproximavam da capital, Lisboa, motivo alegado para que a corte lusitana se deslocasse o mais rápido possível para as seguras possessões sul-americanas.

Num quadro definido por muitos autores como caótico, cerca de 10.000 pessoas lotaram as docas lisboetas entrando a toda pressa nos navios, zarpando imediatamente para o Brasil. No que seria revelador sobre a justificativa desta medida extrema, a frota real foi escoltada para fora do porto e ao longo da travessia do Atlântico por navios de guerra britânicos sob o comando do capitão Graham Moore.

Na retaguarda, a defesa de Lisboa foi delegada ao general inglês William Carr Beresford, que com apoio local, logrou estancar o avanço das colunas francesas, salvando a capital da ocupação estrangeira e nos meses seguintes, expulsando todas as forças de Napoleão do território português. Ou seja: a propalada ameaça de ocupação de Lisboa e derrocada da monarquia por conta dos invasores franceses foi tão apenas uma peça de ficção a justificar o traslado da corte para o Brasil.

Estas atitudes, categorizadas como vexatórias por parcela significativa dos historiadores portugueses, foi, mais precisamente, uma tradução da fragilidade política da monarquia e da subserviência de Portugal ao Reino Unido e à sua política externa, situação que além de revelar a debilidade da monarquia portuguesa, também permite questionar até que ponto o país exercia de fato o mandato de uma metrópole a testa de um império colonial.

De mais a mais, a vulnerabilidade geopolítica do Estado luso não era nova, arrastando-se desde pelo menos os meados do Século XVII. Faz sentido total, neste pormenor, que a proposta de deslocar o centro político do Império Português para o espaço brasileiro fora aventada bem antes, no ano de 1661, na sequência à Guerra da Restauração travada pelos portugueses para se libertarem do domínio castelhano e em 1775, pelo Marquês de Pombal.

Existem também incongruências na historiografia tradicional, manifestas, por exemplo, quanto à vinda da família real ao Brasil. Concretamente, a instalação da corte no Rio de Janeiro contesta a tese de um refúgio seguro diante da ofensiva francesa. Atente-se neste caso, que a família real poderia simplesmente ter seguido rumo à Grã-Bretanha, bem mais próxima que o Brasil. Ou então, poderia ter feito o que qualquer casa dinástica digna do seu posto o faz: resistir ao inimigo até o fim.

Ora, acontece que mais do que proteção, o que estava em jogo era uma repactuação com uma nova ordem internacional sob a égide britânica, o que justifica a presteza com que a Declaração de Abertura dos Portos às Nações Amigas foi declarada por Dom João VI. Ordem emitida em 1808, praticamente na chegada ao Rio de Janeiro, este decreto real obviamente beneficiava a Inglaterra, que, diga-se de passagem, era a “nação amiga” por excelência. Particularmente por ser a única.

Logo, se na América Espanhola o livre comércio com a Inglaterra sobrevém através de um movimento de autodeterminação capitaneado pela elite *criolla*, no Brasil esta redefinição foi endossada pelo escol metropolitano, inclusive reposicionando Portugal, nação de origem da dinastia, num sucedâneo de soberania estatal, subalternizado politicamente na condição de apêndice de um poder real sediado no ultramar.

Isto fica claro com a oficialização, em 1815, do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, com capital sediada no Rio de Janeiro, decisão política que ratificava a posição central do Brasil no tecido geopolítico da coroa portuguesa. Esta contradição ganha nitidez no fato de que também no ano de 1815, quando o povo português expulsa com auxílio britânico as tropas napoleônicas do país, que a corte não tenha emitido qualquer sinal de desejo em retornar, o que apenas se efetiva pela pressão da Revolução Liberal do Porto de 1821.

Note-se, no que também fragiliza o argumento de uma “retirada estratégica” da família real portuguesa para o Brasil, que os liberais portugueses pretendiam, dentre outras medidas, a restauração do papel de Portugal como potência mandatária, praticamente pautando a reinstalação do pacto colonial, ou situação assemelhada, o que precipitou a declaração formal de autodeterminação do Brasil.

Também não surpreende, no que configurou mais uma diferença na comparação com a América hispânica, a escassa participação popular e mais, que a independência tenha sido proclamada em Sete de Setembro de 1822, o Grito do Ipiranga, por ninguém menos do que Dom Pedro I, integrante da casa real da metrópole, filho de Dom João VI e virtual sucessor do trono português (Figura 14).

Este perfil independentista incomum tem sua máxima expressão no regime político, a monarquia imperial, cuja consolidação em terras brasileiras originou-se das demandas em manter a unidade territorial, perpetuar o sistema escravocrata e é claro, confirmar os laços com a Grã-Bretanha, a quem não interessava de modo algum o esgarçamento territorial do Brasil ou a possibilidade de desestruturação econômica do país.



FIGURA 14 - O quadro “Independência ou Morte”, obra do pintor paraibano Pedro Américo (1843-1905), é um óleo sobre tela datado de 1888. Esta pintura, também conhecida como “Grito do Ipiranga”, é a obra artística mais conhecida no Brasil retratando a independência. Note-se que Pedro Américo terminou de pintar o quadro em 1888 em Florença, na Itália, 66 anos após os acontecimentos, um trabalho encomendado pela Família Real. Concretamente, a pretensão da imagem é consagrar o poder imperial. Materializando, pois uma idealização, a tela representa Dom Pedro I imerso em fabulações que não condizem com a realidade social, histórica e geográfica. Observem-se os soldados em trajes de gala montados a cavalo. Contudo, Dom Pedro estava no Ipiranga vindo de Santos após atravessar a Serra do Mar, que na época, apenas poderia ser ultrapassada no lombo de muares. A apresentação de soldados garbosamente uniformizados não faz nenhum sentido. Estas roupas não eram adequadas para a dificultosa travessia dos bordos do planalto e tampouco parece correto entender que a tropa fosse tão numerosa. A imagem, cuidadosamente cênica e acatando os cânones das “belas artes”, é basicamente fruto da imaginação do artista, até porque inexistem registros sobre a paisagem e os protagonistas presentes no Grito do Ipiranga na ocasião da proclamação da independência (Fonte: < <http://www.arte.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=166&evento=1> >. Acesso: 13-01-2016).

Destaque-se que a forma de governo adotada, em que pese o Império do Brasil ser tão conservador quanto as jovens repúblicas latino-americanas, persistiu ao mesmo tempo em que se consolidava no continente o ideal republicano.

Como resultado, o regime imperial isolou-se diplomaticamente no concerto latino-americano, respaldando tensões e conflitos futuros com as repúblicas da Bacia da Prata, especialmente com o Paraguai e a Argentina. Entretanto, consistiu no instrumento mais

eficaz à mão para “pacificar” o país e alinhá-lo ao cenário global. Em suma, a entronização de Dom Pedro I em 1822 como primeiro “imperador tropical” brasileiro foi, em todas as letras, um ato marcadamente conservador. O novo soberano reina, pois sobre um Estado cuja bandeira inclui um losango amarelo e um retângulo verde.

Tratam-se de cores e símbolos que em princípio, são inspirados na heráldica das Dinastias de Bragança e de Habsburgo-Lorena, às quais se vinculavam respectivamente Dom Pedro I e Dona Maria Leopoldina, consorte do imperador (Figura 15), códigos simbólicos que adicionalmente evocam, no final das contas, um viés intrinsecamente não-mudancista da independência brasileira.

Entrementes, mesmo que o Brasil materializasse, tal como a América Latina em geral, um mosaico de molduras territoriais descoladas umas das outras, o projeto conservador logrou impor um aparelho burocrático comum, mantendo a unidade do Estado, facilitada pelo aliciamento da burocracia colonial e das forças militares, rapidamente absorvidas pela gestão imperial em favor da nova estrutura de poder.

Todavia, Cabe comentar que a proposta monárquica encontrou sérias resistências em ser aceita, como o prova a Confederação do Equador, grande movimento revolucionário, de caráter separatista e republicano, ocorrido logo em 1824 nas terras do Nordeste do Brasil, tendo por polo irradiador a província de Pernambuco.

Não fosse suficiente, dessimetrias regionais, sociais e discrepâncias vigentes no seio das próprias oligarquias, se tornaram campo fértil para levantes e revoluções de todos os gêneros, que prosperaram no processo independentista, estalando incontinenti em vários quadrantes do território brasileiro, durante o I Reinado (1822-1831), e prosseguindo sem trégua no Período Regencial (1831-1840).

No transcorrer das Regências, refletindo tensões presentes no corpo do nascente Império do Brasil, pipocaram rebeliões com motes para todos os gostos. Neste período, o país foi sacudido por levantes populares como a Cabanagem, no Pará (1835-1840) e a Balaiada, no Maranhão (1838-1841); por revoltas republicanas autonomistas, como a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul (1835-1845) e a Sabinada, no Recôncavo Baiano (1837-1838); insurreições etnoreligiosas, caso da sublevação dos negros Malês, em Salvador da Baía (1835); e rebeliões de escravos, como a Revolta de Manuel Congo, no Rio de Janeiro (1839).



FIGURA 15 - A inquirição de que o pendão do Brasil Império se preste a enaltecer cores, ícones e geometrias inspiradas no passado absolutista não é, em absoluto, uma novidade. Vozes defensoras do republicanismo repisaram esta tese, existindo contestações a esta prédica, por parte dos defensores do império, pelas quais o argumento não teria fundamento. Todavia, não é o que a pesquisa documental tende a corroborar (Vide COIMBRA, 1979: 295-297). E mais, não se trata do único traço aristocrático da bandeira, a começar pela coroa imperial que encima o selo interno da flâmula, por sua vez composto pelo escudo português, pela Cruz da Ordem de Cristo e pela esfera armilar, esta última, reconhecidamente símbolo do Império Português. A imagem central é protegida por dois elementos do reino vegetal: um ramo de café e outro de tabaco, confessadamente menções iconográficas às oligarquias rurais, que politicamente eram o esteio do Império. Portanto, a crítica aos vínculos da bandeira *imperial* - não propriamente *nacional* - com dinastias absolutistas europeias, em especial a portuguesa, está longe de ser mera invenção dos republicanos. Por fim, *mutatis mutantis*, um dado elementar é a resiliência dos indicativos monárquicos, que se perpetuam até hoje na bandeira nacional (Fonte: Pinterest, < <https://br.pinterest.com/> >. A Acesso: 06-12-2015).

Nesta derivação, o poder central imperial sediado no Rio de Janeiro mostrou-se bem-sucedido na repressão aos movimentos de contestação social e às tentativas de secessão territorial, assegurando a continuidade de um projeto voltado para a consolidação de

uma ordem política e econômica que em síntese, nada mais compunha do que um avatar dos elos transoceânicos herdados da displicente gestão colonial portuguesa.

No que estaria longe de constituir um acaso, retenha-se que ao final dos acontecimentos, emerge um *Império* do Brasil, que concerta tratados de confirmação da independência com um *Reino* de Portugal, configurando paramentos jurídicos e institucionais que falam por si mesmos na confirmação do que estava verdadeiramente em jogo na “ruptura” do pacto colonial, na prática rompido já em 1808.

Esta premissa foi secundada pela atuação de Dom Pedro II, neto de Dom João VI, durante o II Reinado (1840-1889). Significativamente, o soberano entabulou notória deambulação no espaço nacional, encetando visitas pelas quais afiançava a autoridade da coroa, ao mesmo tempo em que distribuía regalos, benesses e títulos de nobreza. Buscava com isso legitimar o regime imperial, sufragar a coesão territorial e prestigiar a aristocracia rural, base de apoio político da casa real.

Não obstante, mais uma vez caberia advertir quanto às simplificações que norteiam as noções históricas de senso comum, que no caso, tendem a observar a independência como sendo unicamente um caminho para a confirmação da hegemonia inglesa.

Na verdade, o Império não significou uma simples subordinação à superioridade britânica. Certamente ajustou-se a este marco, mas ao mesmo tempo, não pode ser descartado das análises que o regime imperial brasileiro era, em princípio, beneficiário de um espólio estaqueado por redes marítimas de longa distância, especialmente com a África.

Significativamente, no que lança uma luz esclarecedora a respeito da coesão dos laços que atavam o Brasil com o continente africano, os primeiros governos a reconhecerem a independência do Brasil foram o reino Fon do antigo Daomey, e a cidade mercantil de Lagos, ambos situados no litoral da Guiné.

Estava então montado o palco para que o império recém-surgido exteriorizasse tentações expansionistas. Deveras, desde o princípio o novo país manifestou claros apetites em agremiar à sua esfera de influência os antigos estabelecimentos portugueses de ultramar, contando para a consecução deste projeto com a classe mercantil que atuava nos dois lados do grande oceano.

Contudo, para os britânicos não interessava a continuidade das trocas Leste-Oeste. Os ingleses as entendiam como empecilho (inclusive como um perigo), aos seus planos de hegemonia naval mundial e de atuação na África.

Num sentido contrário aos projetos alimentados pelo Império, Londres alimentava intenções de lastrear sua presença numa mesma massa oceânica, o Atlântico, contudo, entendendo-o como eixo para uma dominação que se afirmava no sentido Norte-Sul, indissociável do projeto britânico de hegemonia mundial, assentado na dominação das grandes rotas navais transoceânicas.

Como resultado, esta contradição gerou situações de choques comerciais e diplomáticos da Inglaterra com o Brasil, que com o tempo, foi alijado do Atlântico e forçado a abdicar da pretensão de reconstituir um império transcontinental e transoceânico.

Demonstração modelar de quão intrincadas e complexas foram as relações com a Grã-Bretanha, note-se que a exclusão do intercâmbio do Brasil com a África relacionava-se com o projeto inglês de abolir a escravidão, para os britânicos uma pedra no sapato para a ampliação dos mercados consumidores e por extensão, estorvo considerável para o progresso industrial inglês.

Nesta acepção, a suposta cruzada “humanista” do Reino Unido em “libertar” os escravos, mascarava objetivos dúbios e interesseiros. Davam o tom nas metas anglo-saxônicas, a facilitação da conquista de cabeças de ponte e ampliação de territórios sob tacção inglês na África, o que exigia o desmantelamento das conexões atlânticas Leste-Oeste, anseio pontificado por uma pauta geopolítica cujo pressuposto confesso, era o domínio direto do continente africano pela Grã-Bretanha.

Nesse sentido temos, contrariando outro lugar-comum dos livros escolares, não apenas o tráfico escravista incomodava as expectativas dos britânicos, mas fundamentalmente, o conjunto das relações mercantis entre as duas margens do Atlântico. Portanto, lenta, mas inexoravelmente, o Brasil relegou ao esquecimento a antiga costura transoceânica de permutas. Tornou-se, pois menos “atlantista” e cada vez mais “atlântico”, voltado para si mesmo, passo importante que alicerçou o caminho para a Proclamação da República em 1889.

Neste particular, o país seria tão só último Estado latino-americano (exceto Cuba, Porto Rico e outros espaços que prosseguiram sob o manto de flâmulas estrangeiras), a ingressar numa trajetória republicana. Todavia, fazendo-o, tal como dantes efetivado nas nações

latino-americanas, em moldes aristocráticos e elitistas, com relevante papel reservado ao exército no plano político, ao mesmo tempo em que as oligarquias rurais tornavam-se finalmente, o cerne orgânico da estrutura de dominação social.

Assim, a independência brasileira e do mesmo modo, a latino-americana, devem ser aquilatadas pelo que efetivamente são: epifenômenos de um movimento histórico alimentado por ambiguidades e contradições permanentes, cujo reconhecimento é vital para a compreensão dos nexos que movimentam suas sociedades ainda hoje.

AMÉRICA LATINA: RUPTURAS, CONTINUIDADES E CONTRADIÇÕES

A título de conclusão, importaria rubricar que tem sido nota assídua nas acepções leigas entender os processos de independência como momentos de ruptura. E para valer, de fato o foram. Todavia, isto em nada implica omitir ou desprestigiar persistências e resiliências dos velhos modos de ser, pensar e agir.

Reapresentadas sob novas roupagens, metamorfoseadas sem alterar a essência ou tão só mantendo-se num *status* quase inalterado, é forçoso reiterar a respeito da força inercial dos alicerces sociais, culturais, políticas e econômicas mais profundos, que persistem no frígido da história latino-americana em sua propensão em manter o sistema como um todo sob a batuta de uma entropia permanente.

Na totalidade do continente latino-americano, é flagrante quanto essa inferência pesou na atuação e consolidação das novas soberanias estatais, que passam a se verem às voltas com desafios inéditos, determinando alterações no quadro político, cultural, econômico e social.

Entretanto, mesmo quando as mudanças ocorrem, tal como as independências, estas consorciavam etapas e saltos, combinam atrasos e progressos, épocas de turbulência com períodos de relativa e enganosa trégua nos conflitos candentes que assediam a quietude pretendida pelas elites.

Sobrepostos por mecanismos marcadamente burocráticos, elitistas e autocráticos que se assenhorearam da engrenagem de poder nos novos Estados nacionais latino-americanos, descompassos crônicos se perpetuaram em diversos ângulos, reaparecendo aqui e acolá de modo aparentemente paradoxal.

Neste transcurso histórico, as prementes tarefas da democratização, frequentemente incensadas, proclamadas e mascaradas por discursos emancipadores, foram quase sempre adiadas e engavetadas, um jogo de mistificação que se tornou uma praxe política sistêmica em toda a América Latina.

Diuturnamente, ajustes sociais incompletos são denunciados e retoricamente combatidos em narrativas apresentadas por uma diversidade de expoentes do cosmos político, discursos que transitam a revelia de enquadramentos ideológicos e partidários.

Mas, esta retórica está desconectada de qualquer prática real. Objetivamente alheios a programas de ação autenticamente inclusivos, os pactos modernizantes contrastam com o teor de narrativas que, insistindo na “renovação”, “modernização” e quando não apelando para uma noção abstrata de “vontade popular”, repetem antigos malfeitos, vícios e mazelas.

Certamente, esta situação decorre em termos matriciais, da natureza dos enraizamentos históricos vinculados à quebra do pacto colonial. Neste caso, deve-se atentar que a decomposição do poder das metrópoles antecedeu as lutas independentistas, aspecto particularmente visível nas tendências exibidas no cerne do sistema global com a falência da pauta mercantilista.

Do ponto de vista da geografia política, a decadência de metrópoles como Espanha e Portugal e particularmente, com a entrada em cena da Revolução Industrial, perfazem um marca no processo de independências, promovendo a irrupção das soberanias nacionais latino-americanas.

Mas simultaneamente, esta realidade é temperada por fortes rasgos do passado colonial, supostamente deixado para trás, a começar pelo fato de que as novas governanças se alicerçam numa estrutura social rígida, blindada e para complementar, regulada por interdições inequivocamente exclusivistas.

Neste último quesito se destacam as prevaricações de índole étnica e racial, com negros, índios e mestiços ocupando os níveis mais baixos da hierarquia social, sendo ao mesmo tempo culturalmente espoliados, socialmente rebaixados, economicamente desprovidos e politicamente excluídos.

Seria o caso de ressaltar que nas novas nações latino-americanas, grandes camadas da população foram, até por falta de opção em razão dos ditames iluministas, adereçadas dalgum tipo de verniz republicano ou nacional. *Mas nunca de cidadania plena.* Nem no plano econômico, nem no cultural, nem no racial e muito menos no plano político.

Quanto aos setores hegemônicos, que numa ótica política e territorial comandam redes econômicas com robustos apensos na autossuficiência, atuam nestas novas formações estatais respaldados por um padrão que como vimos, foi herdado do colonialismo, que deste modo, encorpam filão supletivo de problemáticas politicamente desestabilizadoras.

A existência de uma economia regida por unidades produtivas locais e regionais dotadas de escassa interação entre si calça a irrupção de “regionalismos” que nada mais são do que um aparato ideológico das oligarquias, para as quais o poder de Estado não passa de um apêndice de ambições particulares, com função precípua de satisfazer o pendor patrimonialista dos que assumem a gestão do aparato estatal.

Assim senso, os laços com o mercado externo, em razão da extroversão econômica, prosseguem intocáveis, perpetuando as economias nacionais na função de exportadoras de gêneros agrícolas e de toda sorte de matérias-primas.

Certo é que este esquema foi alterado em países como o Brasil, México e Argentina, que ingressam na industrialização, dita de “substituição de importações”. Mas, esta empresa, estando a reboque de modelos tecnológicos cujo gerenciamento jamais escapou dos países centrais, termina somente por alavancar, sob novas feições, a recomposição do hiato que separa as nações periféricas daquelas que efetivamente integram o mundo afluyente.

Da incapacidade de alterar o descompasso estrutural da economia e de apresentar um mínimo de isonomia social, as nações latino-americanas trafegam no mar revolto das guerras civis, golpes de Estado e instabilidade política fulcral, justificando reincidentes chamamentos pela integração, pelo desenvolvimento, pela ordem e unidade nacionais, quatro demandas que em momentos de recrudescimento de uma crise cuja natureza mais visceral, possui pertinácia estrutural, terminam ratificadas por corpos programáticos pretensamente unificadores e nacionalistas.

Neste caldo de cultura, vicejam governos nacional-populistas que arrogando-se de uma representação popular, que no máximo, é de índole plebiscitária, progridem em meio ao aparelhamento da estrutura estatal e exploração demagógica das contradições sociais em proveito próprio, montando máquinas de dominação azeitadas por corrupção endêmica e pelo desmando para com os bens públicos (Figura 16).

Neste cenário, encimado por disfuncionalidades profundamente imantadas à realidade latino-americana, a irrupção da Revolução Cubana (1953-1959), seria, na voz de um rol de intérpretes, um contraponto a ser levado em consideração. Encabeçada pelos irmãos Castro (Fidel e Raul, mormente o primeiro) e pelo argentino Ernesto “Che” Guevara, *el movimiento*, tal como a mobilização contra a então ditadura de Fulgencio Batista era conhecida ²⁴, não pautava, ao menos em princípio, a criação de um regime socialista na ilha, que desde 1898, quando os fuzileiros navais dos EUA desembarcaram durante a

guerra contra a Espanha, vivia sob a incômoda sombra do gigante norte-americano, que controlava posições-chave da economia do país.



FIGURA 16 - Na foto, o Coronel Juan Domingo Perón, ditador da Argentina no período 1946-1952, acompanhado de sua segunda esposa, Eva Duarte de Perón, representações entronizadas do populismo político na América Latina. Enquanto doutrina política, o peronismo, denominação genérica do Movimento Nacional Justicialista, combinava um contínuo apelo adesista das massas urbanas com a manutenção de pactos sociais conservadores, cujo âmago, permaneceu intocado (Fonte: Pinterest, < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 18-12-2018).

Este imperativo geopolítico, somado ao ardente nacionalismo que a Revolução Cubana encarnou, clarifica, ao menos em parte, a rápida articulação estabelecida pelo regime revolucionário com a União Soviética, a quem interessava ter um ponto de apoio na América Central, fato sobrelevado em razão da estratégica posição geográfica de Cuba, país que literalmente é a chave das comunicações no Golfo do México, e mais ainda, adereçado de proximidade (ou quase continuidade), para com a costa estadunidense no mediterrâneo caribenho.

Esta inferência auferiu plena veracidade no contexto da Guerra Fria, e particularmente, durante a Crise dos Mísseis (1962), quando a URSS, com a aquiescência do regime de Castro, instalou foguetes nucleares em solo cubano, levando a um choque com os Estados Unidos que por pouco, não levou o mundo a uma hecatombe nuclear ²⁵. Este episódio, antecedido pelo fiasco da tentativa dos EUA de derrubar o regime castrista patrocinando o desembarque de cubanos contrarrevolucionários na Baía dos Porcos (1961), tornou impossível qualquer alteração de rota na Revolução Cubana.

Para mais, a nacionalização da economia e a proclamação de um novo *modus faciendi* inspirado no receituário socialista, prontamente apoiado pelo Leste Europeu, envolvendo o confisco de propriedades e negócios sob titularidade norte-americana, dos bens da Igreja Católica, a opção pelo ateísmo oficial e a nova narrativa política calcada no combate à desigualdade social, pelo fim da discriminação racial e denúncia da intrusão imperialista dos EUA, consolidaram de vez a inclusão de Cuba na órbita soviética.

Este novo marco político e programático, pavimentou diversas alterações no *status quo*, tais como o acesso universal aos serviços de saúde, expansão da escolaridade, avanços da pesquisa científica (notadamente a biotecnologia), e a repaginação da identidade étnica e nacional cubana, premissas que qualificavam um discurso emancipatório para os povos latino-americanos diante do hegemonismo dos EUA, inspirando diversificado leque de insurgências no teatro continental.

Por outro lado, o fracasso cubano em revolucionar as bases da economia, que de modo geral preserva uma amarradura decorrente do domínio colonial, tais como a monocultura açucareira, o tabaco, fabrico do rum e a atividade mineradora (níquel, cobalto), somando-se a estas balizas, a dependência umbilical do auxílio soviético e dos países socialistas, colocam em questão o entendimento de que Cuba tenha efetivamente ingressado numa realidade socioeconômica de tipo novo, aferição esta, agravada pela índole autoritária do regime, pela continuidade da pobreza, do burocratismo, escassez de alimentos, baixos salários e violação das liberdades individuais.

O fim do Leste Europeu e com isso, o desmoronamento das principais fontes de apoio ao regime cubano, inaugurando o que nos textos oficiais é carimbado como *Período Especial*, traz muitas incógnitas quanto ao futuro da ilha. Outrossim, explicita nos seus interstícios, que a experiência frustrou, de um modo ou de outro, as expectativas que despertou, e ao mesmo tempo, alerta para o inquietante quadro inercial que tem magnetizado a América Latina.

Seguramente, conforme já registramos, o reino do político é uma ferramenta poderosa para a afirmação de novas realidades para os latino-americanos. Todavia, por si só, não apresenta eficácia real para zerar os óbices históricos que gravam a vida dos povos do continente, o que indica a necessidade cabal de aprofundar e ampliar o debate relativo à independência real da América Latina.

Em paralelo, os Estados Unidos da América, contraponto emblemático à realidade latino-americana, percorreram uma trajetória absolutamente diferente. Uma vez concertada a independência da Inglaterra, o país passa a se credenciar, em largas passadas, como sócio da comunidade dos países centrais, pretensão submetida às mais duras provas, dentre as quais a sangrenta Guerra da Secessão (1861-1865), que colocou em campos opostos os federais nortistas, defensores do fim da escravatura, aos confederados sulistas, que a apoiavam. Contudo, a derrota total dos confederados, garantiu a unidade federal do Estado norte-americano e o livre curso de uma próspera economia de mercado.

O fim deste conflito, não sem razão definido por ampla gama de historiadores como a última grande revolução burguesa da história, pressagiu assim, o nascimento de uma grande potência ocidental, premissa que durante a expansão mercantilista, era apanágio exclusivo das metrópoles.

Destarte, os Estados Unidos emergem enquanto novo eixo organizador do continente americano. Neste quadro, cores supremacistas se acentuam, transparecendo nitidamente no *Corolário Roosevelt*, ideário político defendido pelo presidente Theodore Roosevelt. Sem meias palavras, os Estados Unidos passam então, com base neste chamamento, a homologar ações de intervenção direta na América Latina. É o que se pode inferir da emblemática - e arrogante -, advertência de Roosevelt: “Eu ensinarei estas republiquetas latino-americanas a votarem em homens bons”.

No que se tornou prática recorrente, pondo em marcha um rol de ingerências que no seletivo olhar de Washington, repisaram a tecla hegemônica de “defender vidas e propriedades americanas”, os Estados Unidos se transformaram na polícia do hemisfério. Assim, o célebre primado “América *para* os americanos”, proclamado pelo presidente James Monroe (1758-1831), patenteou-se, mais verdadeiramente, na réplica “América *dos* Americanos”.

O supremacismo norte-americano ao Sul do rio Grande é, neste sentido, revelador de um processo de dependência e integração desigual que, substituindo o colosso britânico e as decadentes metrópoles ibéricas, se perpetuou na América Latina ²⁶.

Indiscutivelmente, a ação britânica e dos *yankees* se diferenciou por definição do modelo colonial tradicional. Mas tornam-se análogas a este por reiterarem a subalternidade que tem enquadrado a Ibero-América como um conjunto de nações que seguem privadas de uma independência real.

Num plano geral, a história passada e contemporânea da América Latina evidencia o quanto a incorporação do continente ao mundo construído sob a égide ocidental é prenhe de dessimetrias, desajustes e incompletudes, disfunções que truncam no plano externo e interno do continente, o desenvolvimento das suas potencialidades.

Um nexos que não permite quaisquer dúvidas quanto a um regramento planetário dos dinamismos culturais, sociais, políticos e econômicos e o quanto a repaginação da ordem continental não pode perder de vista as oscilações da ordem global.

Mas acima de tudo, acentua a responsabilidade que cabe aos que pretendem mudar este quadro, *em nome de um novo projeto político*, de atar uma fisionomia global na forma ser, a uma perspectiva nacional no modo de agir e de exercer práticas reais.

Neste sentido, recorrer a bordões surrados enquanto opções de resposta ao que o momento atualmente vividos pela América Latina e o Brasil exigem em sua imperiosa grandeza, seria uma demonstração de cinismo e de desonestidade.

Provocantemente, o contexto reclama um debate amplo, profundo e aberto, que não tem como se dar ao luxo de incensar modelos importados, repetir soluções pontuais e fraccionalismos ideológicos.

Tendo em seu centro *a construção de um paradigma*, esta missão não é passível de ser efetivada por intelectuais isolados, por vanguardas iluminadas ou por academias autistas, perdidas em tentar decifrar o que os pensadores estrangeiros têm a nos dizer.

Um esforço que deve movimentar o conjunto da sociedade, as forças vivas de cada país, interagindo para repensar as realidades nacionais e o futuro da América Latina e do Brasil. Propondo uma ruptura real. Uma independência efetiva e indiscutível.

Nacional na sua essência mais íntima e profunda.

ANEXO I - A BANDEIRA DOS ORIXÁS ²⁷

Reza a boa antropologia, os símbolos constituem um manancial de significados, que além de expressarem ideias e sentimentos, modelam e ofertam sentido às relações que mantemos com o mundo real.

Neste sentido, os símbolos transmitem mensagens, expectativas e noções, captadas, entendidas e amplificadas pelo público iniciado nos seus segredos.

Assim, mesmo quando mascaradas, travestidas ou introjetadas em outros contextos, as simbologias mantêm a vivacidade e a determinação matricial dos conceitos e das concepções.

Este seria o caso da bandeira do Haiti (Figura 1), expressão máxima da grandiosa Revolução Haitiana (1791-1804), a maior insurgência bem-sucedida de escravos da história mundial.

Retenha-se que esta luta independentista foi a única que desafiou com sucesso três grandes potências ocidentais: França (a potência colonizadora), a Espanha e o Reino Unido.

Dura, longa e violenta, o confronto com o colonialismo francês estendeu-se até o ano de 1803, quando o povo haitiano, sob liderança de Jean-Jacques Dessalines, assombrou o mundo ao impor uma derrota final aos franceses na famosa Batalha de Vertières.

Note-se que esta impressionante vitória dos insurgentes ando o numeroso, experiente e bem armado corpo expedicionário despachado por Napoleão ao Haiti para sufocar a rebelião negra fora obtida sem qualquer auxílio externo.

Pelo contrário, o exército haitiano era basicamente composto por soldados que poucos anos antes, eram tão só escravos que labutavam sob o látego dos capatazes das plantações coloniais.

Nada semelhante a estes acontecimentos tivera lugar na história mundial. Seria como registrar a aniquilação do aparato latifundista colonial latino-americano frente a resistência quilombola.



FIGURA 1: Bandeira nacional da República do Haiti
(Fonte: Pinterest, < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 11-01-2016).

Diga-se de passagem, o Haiti pagou um preço altíssimo por sua ousadia, sendo hostilizado e relegado ao isolamento diplomático sem tréguas pelo chamado “mundo civilizado”, inconformado com a altivez da insurgência negra.

Mas também é certo que o Haiti venceu, protagonismo de um povo inteiro, unido e empolgado por intenso e irrefreável fervor nacionalista, e em igual medida, por um programa político antiescravista, anticolonial e antifrancês, temperado com notas candentes da filosofia iluminista.

Todavia, há uma nota singular na insurreição haitiana, visto que os revoltosos eram também embalados pelas vozes das entidades com as quais se comunicavam através dos rituais da religião Vodou, trazidas da África e com enorme prestígio nas terras da América.

Isto posto, atando o que ponderamos no início deste artigo, voltemos nossa atenção para alguns fatos bastante reveladores explicitados no pendão nacional desta nação caribenha.

A imagem que ilustra este parágrafo (Figura 2) reproduz o brasão de armas da República do Haiti, ao que tudo indica oficializado em 1807, poucos anos após a confirmação da independência (1804).

Como é possível observar, este emblema nacional mostra seis bandeiras do país - três de cada lado - postadas a partir da palmeira situada ao centro da imagem e dois canhões, seis baionetas e dois machados, também lado a lado.

No gramado são encontradas duas cornetas, duas âncoras e bem próxima de um tambor, uma corrente partida. Encimando a palmeira, está um barrete frígio, símbolo identificado com as lutas iluministas e republicanas.

A imagem traz uma mensagem expressa na fita, o conhecido bordão *L'Union Fait La Force* ("A União Faz a Força", em francês), divisa inspirada no fabulista grego Esopo, que tornou-se patrimônio comum a muitos movimentos libertadores.

Note-se que este brasão de armas está estrategicamente plotado no centro da bandeira nacional do Haiti, particularidade que no mais, se repete nos pendões de muitos outros países.

Assim sendo, a primeira vista trata-se formalmente de uma bandeira oficial, símbolo máximo de um Estado independente. Aliás, é justamente este o sentido visual imediato comunicado ao senso comum e aos não iniciados.

Entretanto, é interessante notar que embora a simbologia seja em princípio europeia - tambores, flâmulas, baionetas, canhões, fuzis e assim por diante - o texto visual está calcado na vivência nacionalista local, que paralelamente às interpretações de cunho mais institucional, permitem na mesma linha de abordagem uma vinculação com a religião Vodou e com o acervo cultural haitiano.

Isto é bastante claro na palmeira, eixo da imagem e representação simbólica da independência, um claro elemento da flora local, por sinal sustentando o barrete frígio, o que já sinaliza para uma reinterpretação imagética com base na experiência haitiana.

A corrente partida, neste senso, é uma clara indicação de que este corpo de ideias vinculou-se, no Haiti, à extirpação total e absoluta da escravidão, item da pauta independentista latino-americana que no final das contas, somente foi levada até suas últimas consequências pelos revolucionários haitianos.



FIGURA 2: Brasão de armas do Haiti (Fonte: Pinterest, < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 11-01-2016).

O tambor, instrumento sonoro que na cota de armas aparece na versão europeia, pode por outro lado ser uma evocação cifrada dos tambores do Vodun, religião intrinsecamente vinculada à rebelião dos escravos negros.

Aliás, o vermelho e o azul, institucionalmente codificados como representação dos escravos e dos mulatos - atores por excelência da luta anticolonial - são no Vodun haitiano as cores de Ougou ou Ogun, Orixá da Guerra.

De acordo com as narrativas da religião Vodou - assim como para o Vodum da tradição Ewe-Fon, para o Candomblé brasileiro, para o Vudu da Louisiana e para a Santeria de Cuba - Ogun controla e está no comando de imensos poderes.

Altamente respeitado e temido, Ogun ensinou a Humanidade como conquistar e como dominar o medo, o fogo e as armas. É por isso que algumas pessoas se referem a ele como um Espírito ferreiro ou o Deus de Ferro, metal com o qual as armas são feitas.

Neste sentido, Ogun torna-se herói do povo haitiano, espírito de coragem, expressão da autodeterminação nacional.

Além disso, a cor verde na iconografia Vodou possui vários significados: abundância, fertilidade, riqueza. Mas também implica em renascimento. Isto é: independência.

O amarelo está relacionado ao sucesso: justamente a cor da palmeira, dos canhões e dos mastros. Ou seja: vitória contra os franceses com base na identidade e na força das armas.

Quanto ao bordão, a mensagem confirma que se tratou de uma rebelião generalizada formando um só corpo de insurgentes, onde a força, no caso, tremendamente maximizada pela união dos insurgentes, voltou-se contra o poder colonial estrangeiro e a elite latifundiária francesa.

Expressão da identidade haitiana, a bandeira desta república negra demonstra, portanto o quanto os símbolos mais profundos e amados podem estar presentes e atuantes, veiculando sentidos que em princípio, seriam somente um prosaico lugar-comum.

Esta é a predisposição demonstrada pela bandeira haitiana. Mas igualmente uma volição de todas as sociedades e culturas humanas.

Trata-se de uma clara demonstração do quanto os símbolos mais profundos animam a alma de povos, grupos e nações.

Em especial quando os símbolos expressam a resistência e autonomia de resilientes comunidades de destino.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício; REIS, Arthur César Ferreira; CARVALHO, Carlos Delgado de et CASTRO, Therezinha de. *Atlas Histórico Escolar*. 8ª edição, revista e atualizada. Rio de Janeiro (RJ): Ministério da Educação e Cultura & Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME). 1983;

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Quilombos: Geografia Africana, Cartografia Étnica, Territórios Tradicionais*. Brasília (DF): Mapas Editora & Consultoria. 2009;

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília (DF): Editora da Universidade de Brasília. 1979;

AZEVEDO, Elizabeth R. et HERBOLD, Hildegard. *Caribe: O Paraíso Submetido*. Coleção Tudo é História, nº. 108. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1986;

AZEVEDO E SILVA, José Manuel. *O Modelo Pombalino de Colonização da Amazônia*. Coimbra (Portugal): texto mimeo. 2002;

BALANDIER, Georges. *Antropologia política*. São Paulo (SP): Difusão Européia do Livro (DIFEL). 1969;

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *O Mundo Globalizado*. Coleção Repensando a História. São Paulo (SP): Editora Contexto. 2006;

BASTIDE, Roger. *As Américas Negras: As civilizações africanas no Novo Mundo*. 3ª edição. São Paulo (SP): Coedição Difusão Europeia do Livro (DIFEL) e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1974;

BONIFACE, Pascal, VÉDRINE, Hubert et MAGNIER, Jean-Pierre. *Atlas do Mundo Global*. São Paulo (SP): Estação Liberdade. 2009;

BRETON, Roland Jules-Louis. *Geografia das Civilizações*. Série Fundamentos, nº. 60. São Paulo (SP): Editora Ática. 1990;

BRITO, Adilson Junior Ishihara. *Fronteiras da Anarquia: Os limites entre o Grão-Pará e o Brasil durante a Independência*. In: Limites Fluentes: Fronteiras e Identidades na América Latina (Séculos XVIII-XXI), pp. 183-202. Curitiba (PR): CRV Editora. 2013;

CARPENTIER, Alejo. *O Século das Luzes*. Coleção de Bolso, nº. 7. Rio de Janeiro (RJ): Editorial Labor do Brasil. 1976;

CÂMARA CASCUDO, Luís da. *Made in Africa*. 3ª edição. São Paulo (SP): Editora Global. 2001;

CEA. *História de Angola*. Centro de Estudos Angolanos. Porto (Portugal): Edições Afrontamento. 1965;

CHIAVENATO, Julio José. *Bolívia - Com a Pólvora na Boca*. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1981;

CINTRA, Jorge Pimentel. *Os Limites Cartográficos das Capitanias Hereditárias do Sul*. 3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 26-28 de Outubro de 2016. Belo Horizonte (MG): Universidade Federal de Minas Gerais. 2016;

_____. *Raposo Tavares e a Formação Territorial Brasileira*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), ano CXX, Volume XCVIII. pp. 103-116. São Paulo (SP): IHGSP. 2014;

COELHO, António Borges. *A revolução de 1383 - Tentativa de Caracterização Importância Histórica*. Lisboa (Portugal): Seara Nova. 1977;

CHIAVENATO, Julio José. *Bolívia - Com a Pólvora na Boca*. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1981;

COELHO, António Borges. *A Revolução de 1383: Tentativa de Caracterização, Importância Histórica*. Coleção Portugália nº. 14. Lisboa (Portugal): Portugália Editora. 1965;

CUNHA, Euclides da. *Seleção - Textos sobre o Brasil*. Biblioteca Básica Brasileira, 1ª edição, 1ª reimpressão. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Darcy Ribeiro. 2014;

_____. *À Margem da História*. São Paulo (SP): Editora Cultrix. 1975;

COSTA E SILVA, Alberto da. *O Brasil, a África e o Atlântico no Século XIX*. Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), Volume 8, nº. 21. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo (USP). 1994;

COIMBRA, Raimundo Olavo. *A Bandeira do Brasil*. 2ª edição, revista e atualizada. Rio de Janeiro (RJ): Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 1979;

CORREIA, Helidacy Maria Muniz. *Cartografia Política da Reconfiguração Espacial do Maranhão e Grão-Pará: Conexões e Interconexões*. In: Outros Tempos, volume 11, nº. 17, pp. 18-34, 2014. Natal (RN): Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). 2014;

CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. São Paulo (SP): Editora Cultrix. 1975;

DOWBOR, Ladislau. *A Formação do Terceiro Mundo*. Coleção Tudo é História nº. 35. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1981;

DIAS, Thiago Alves. *O Espaço Cartográfico Enquanto Escrita do Poder*. In: Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, evento organizado pelo Centro de Referência em Cartografia Histórica da Universidade Federal de Minas Gerais. Paraty (RJ), 10-13 de Maio de 2011. 2011;

DORF, Philip et FARRELL, John Thomas. *Our Early Heritage: Ancient and Medieval History*. Nova York (EUA): Oxford Book Company. 1940;

DUBY, Georges. *Atlas Historique Mondial*. Paris (França): Larousse - Essays et Documents. 2011;

ELLIS, Myriam. *A Baleia no Brasil Colonial: Feitorias, Baleeiros, Técnicas, Monopólios, Comércio, Iluminação*, 1ª edição. São Paulo (SP): Editora Melhoramentos. 1969;

EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil: ou diário de uma visita à terra do cacauero e das palmeiras*. Coleção Reconquista do Brasil, nº. 28. Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP): coedição Editora Itatiaia e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1976;

FALCON, Francisco. *Mercantilismo e Transição*. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1981;

FERREIRA, Oliveiros da Silva. *Nossa América, Indoamérica*. São Paulo (SP): coedição Livraria Pioneira Editora e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1971;

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, 15ª edição. São Paulo (SP): Cia Editora Nacional. 1974;'

FEINMANN, Juan Pablo. *El Mito del Eterno Fracaso: Reflexiones sobre el escepticismo*. Colección: Omnibus. Buenos Aires (Argentina): Editorial Legasa. 1985;

FLORENZANO, Modesto. *As Revoluções Burguesas*. Coleção Tudo é História, nº. 127. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1981;

GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo (SP): Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP). 1991;

GOUREVITCH, Aron Yakovlevich. *O Tempo como Problema de História Cultural*. In: *Estudos reunidos pela UNESCO*, Petrópolis e São Paulo (RJ-SP): coedição Editora Vozes e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1975;

GUIMARÃES, Renato. *Cabanagem: A Revolução no Brasil*. In: *Temas de Ciências Humanas*, nº. 4, pp. 93-130. São Paulo (SP): Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. 1978;

HOBBSAWM, Eric et RANGER, Terence (organizadores). *A Invenção das Tradições*. Coleção Pensamento Crítico, nº 55. Rio de Janeiro (RJ): Editora Paz e Terra, 1984;

HUBERMAN, Leo. *Historia da Riqueza do Homem*. 15ª edição. Rio de Janeiro (RJ): Zahar Editores. 1979;

JONES, Emrys. *Geografia Humana*. Nueva Colección Labor, nº. 16. Barcelona (Espanha): Editorial Labor S.A. 1966;

KINDER, Hermann et HILGEMANN, Werner. *Atlas Histórico Mundial*. Colección Fundamentos. Madri (Espanha): Ediciones Istmo. 1975;

LACOSTE, Yves. *Unité & Diversité du Tiers Monde - Des Representations Planétaires aux Stratégies sur le Terrain*. Paris (França): François Maspero. 1981;

_____. *Geografia do Subdesenvolvimento*. São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): Editora Difusão Europeia do Livro (DIFEL). 1978;

LEWIS, M. Paul (Coordenação). *Ethnologue: Languages of the World*. 16ª edição. Dallas (EUA): Summer Institute of Linguistics. 2009;

MARX, Karl. *O Capital*. 3ª edição. São Paulo (SP): Editora Civilização Brasileira. 1975;

MAULL, Otto. *Geografia Política*. Barcelona (Espanha): Ediciones Omega. 1959;

MELLAFE, Rolando. *Negro Slavery in Latin America*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press. 1975;

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Quem Tem Medo da Geopolítica?* São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) e Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1999;

MOOG, Clodomir Viana. *Bandeirantes e Pioneiros: Paralelo entre culturas*. 10ª edição. Porto Alegre e Brasília (RS-DF): Editora Globo e Instituto Nacional do Livro (Ministério da Educação e Cultura). 1973;

MOORE JR., Barrington. *A Guerra Civil Americana: A Última Revolução Capitalista*. In: *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*, 1913. Tradução de Maria Ludovina F. Couto. São Paulo (SP): Editora Martins Fontes. 1983;

NOVAIS, Fernando. *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial*. Cadernos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), nº. 17, 4ª edição. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1978;

OLIVEIRA, Francisco de. *Para Entender a Revolução Peruana: Do Modo de Produção Asiático à Crise de 1968*. In *Estudos do Centro de Estudos de Análises e Planejamento (CEBRAP)*, nº. 10, pp. 57-78, exemplar de Outubro/Novembro/ Dezembro. São Paulo (SP): CEBRAP. 1974;

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador (BA): Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA). 2010;

PEREIRA, Daniel A. *Das Relações Históricas Cabo Verde/Brasil*. Brasília (DF): Ministério das Relações Exteriores - Fundação Alexandre de Gusmão. 2011;

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *O Estado na América Latina*. Paulo Sérgio Pinheiro (Coordenador). Rio de Janeiro e São Paulo (RJ-SP): Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e Editora Paz e Terra. 1977;

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: As Origens da Nossa Época*. 8ª edição. Rio de Janeiro (RJ): Editora Campus. 2000;

POMER, Leon. *A Guerra do Paraguai - A Grande Tragédia Rioplatense*. Coleção Passado & Presente, nº. 7. São Paulo (SP): Editora Global. 1980;

_____. *As Independências na América Latina*. Coleção Tudo é História, nº. 123. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1981;

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1991;

_____. *A Cidade de São Paulo: Geografia e História*. Coleção Tudo é História, nº. 78. São Paulo (SP): Editora Brasiliense, 1998;

RESENDE, André Lara. *Os Limites do Possível: A economia além da conjuntura*. 1ª edição. São Paulo (SP): Portfólio-Penguin. 2013;

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil*. 2ª edição. São Paulo (SP): Editora Companhia das Letras. 1995;

RIOS, José Arthur. *A Tradição Mercantilista na Formação Brasileira*. In: Revista Brasileira de Economia (RBE), nº. 26 (3), Julho/Setembro de 1972, pp. 255-272. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Getúlio Vargas (FGV). 1972;

ROCHA, Yuri T.; PRESOTTO, Andrea et CAVALHEIRO, Felisberto. *The Representation of *Caesalpinia echinata* (Brazilwood) in Sixteenth-and-Seventeenth-Century Maps*. In: Annals of the Brazilian Academy of Sciences, (2007) 79 (4), pp. 751-765. Rio de Janeiro (RJ): Academia Brasileira de Ciências (ABC). 2007;

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço e Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional*. 4ª edição. Coleção Geografia e Realidade, nº. 25. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1998;

_____. *Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia*. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1988;

_____. *Por uma Geografia Nova - Da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo (SP): coedição Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC) e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1978;

SCHEINES, Graciela. *Las Metáforas del Fracaso - Sudamérica: Geografía del Desencuentro?* Havana (Cuba): Casa das Américas. 1991;

SÉRGIO, António. *Breve Interpretação da História de Portugal*. Lisboa (Portugal): Livraria Sá da Costa Editora. 1972;

SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. Coleção Retratos do Brasil, Volume 78, 5ª edição. Rio de Janeiro (RJ): Editora Civilização Brasileira. 1977;

TAUNAY, Afonso d'Escragnoille. *História das Bandeiras Paulistas*. Leitura Básica, Seleção de Antonio Paim. Salvador (Bahia): Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB). 2012;

_____. *Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas*. 3ª edição. São Paulo (SP): Companhia Melhoramentos de São Paulo. 1952;

TELLES, Norma Abreu. *Cartografia Brasília ou: Esta história está mal contada*. Coleção "Espaço", nº 3. São Paulo (SP): Edições Loyola. 1984;

TOLEDO, Roberto Pompeu de. *A Capital da Solidão: Uma História de São Paulo, das origens a 1900*. Rio de Janeiro (RJ): Editora Objetiva. 2003;

VERGUEIRO, Laura. *Opulência e Miséria das Minas Gerais*. Coleção Tudo é História, nº. 28. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1981;

VILADARGA, José Carlos. *São Paulo no Império dos Felipes: Conexões na América Meridional (1580-1640)*. São Paulo (SP): coedição Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e Intermeios. 2014;

WALDMAN, Maurício. *América Latina: Entre Rupturas e Continuidades*. In: jornal O Imparcial, edição de quinta-feira, 02-08-2018, Caderno Opinião, página 2a. Artigo

disponível *on line* em: < http://mw.pro.br/mw/ColunaPR_Imparcial34.pdf >. Acesso: 9-11-2018. Presidente Prudente (SP): Jornal Imparcial. 2018a;

_____. *A Anexação da Amazônia*. In: jornal O Imparcial, edição de edição de quinta-feira, 20-09-2018, Opinião, página 2a. Artigo disponível *on line* em: < http://mw.pro.br/mw/ColunaPR_Imparcial37.pdf >. Acesso: 9-11-2018. Presidente Prudente (SP): Jornal Imparcial. 2018b;

_____. *A Traição de Bolívar*. In: jornal O Imparcial, edição de edição de edição de sexta-feira, 05-10-2018, Opinião, página 2a. Artigo disponível *on line* em: < http://mw.pro.br/mw/ColunaPR_Imparcial38.pdf >. Acesso: 9-11-2018. Presidente Prudente (SP): Jornal Imparcial. 2018c;

_____. *Estados Unidos: Inflexões do Hegemonismo*. Texto digital disponibilizado Editora Kotev (Kotev ©) em Setembro de 2018, na condição de material de acesso livre na Internet em Formato PDF. Série Relações Internacionais, Nº. 1. Título disponível *on line* em: < http://mw.pro.br/mw/relacoes_internacionais_01.pdf >. Acesso: 7-10-2018. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2018d;

_____. *Hegemonia Ocidental: Processo Histórico e Social*. E-book disponibilizado em 2016 na Plataforma Kobo e no Portal da Livraria Cultura: <https://store.kobobooks.com/pt-br/ebook/hegemonia-ocidental> e <http://www.livrariacultura.com.br/p/hegemonia-ocidental-99543869>, posteriormente masterizado em formato PDF para acesso livre na Internet. Série Educação Popular Nº. 1. Título disponível *on line* em: < http://mw.pro.br/mw/educacao_popular_01.pdf >. Acesso: 15-02-2018. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2018e;

_____. *Mercantilismo e Colonização: Colônias de Exploração e de Povoamento*. E-book disponibilizado em 2016 na Plataforma Kobo e no Portal da Livraria Cultura: <https://store.kobobooks.com/pt-br/ebook/mercantilismo-e-colonizacao> e <http://www.livrariacultura.com.br/p/mercantilismo-e-colonizacao-100985751>, posteriormente masterizado em formato PDF para acesso livre na Internet. Série Educação Popular Nº. 2. Título disponível *on line* em: < http://mw.pro.br/mw/educacao_popular_02.pdf >. Acesso: 24-11-2018. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2018f;

_____. *A Guerra Revolucionária Americana*. E-book disponibilizado em 2016 na Plataforma Kobo e no Portal da Livraria Cultura: <https://store.kobobooks.com/pt-br/ebook/a-guerra-revolucionaria-americana> e www.livrariacultura.com.br/p/a-guerra-revoluci-

onaria-americana-102629158, posteriormente masterizado em formato PDF para acesso livre na Internet. Série Educação Popular Nº. 3. Título disponível *on line* em: < http://mw.pro.br/mw/educacao_popular_03.pdf >. Acesso: 02-06-2018. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2018g;

_____. *Haiti: A Bandeira dos Orixás*. Artigo digital primeiramente disponibilizado aos 14 de Setembro de 2016 no *Blog Foco de Fato - Notas e Comentários Politicamente Incorretos*, posteriormente masterizado e repostado no Site Maurício Waldman - Textos Masterizados pela Editora Kotev (Kotev ©). Série Africanidades, Nº. 10. Título disponível *on line* em: < http://mw.pro.br/mw/africanidades_10.pdf >. Acesso: 02-06-2018. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2017;

_____. *O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais*. Relatório de pesquisa de Pós Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) & Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo São Paulo (SP): USP-FAPESP. 2014;

_____. *Geografia para o Ensino Fundamental*. São Paulo (SP): Editora Didática Suplegraf. 1999;

_____. *Doze Estudos em Geografia Crítica: Geografia para o Ensino Técnico de 2º Grau*. Obra elaborada como subsídio para sala de aula para os cursos do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Título registrado junto à Biblioteca Nacional-Fundação Pró-Memória, sob o nº. 28.659, aos 4 de Outubro de 1983. Rio de Janeiro (RJ): Biblioteca Nacional-Fundação Pró-Memória. 1982;

_____. *A Independência das Colônias*. Texto de subsídio para a rede de Educação de Jovens e Adultos da cidade de São Paulo (EJA). São Paulo (SP): mimeo. 1980;

WALDMAN, Maurício *et alli*. *Memória D'África - A Temática Africana em Sala de Aula*. São Paulo (SP): Cortez Editora. 2007;

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. São Paulo (SP): Livraria Pioneira Editora. 1967.

¹ **América Latina: A Independência Inacabada**, ISBN: 1230001316001, é um título paradidático primeiramente disponibilizado na Plataforma Kobo pela **Editora Kotev (Kotev ©)** em Julho de 2016. Em Dezembro de 2018, este material foi transformado em texto de acesso livre na web em Formato PDF. **América Latina: A Independência Inacabada**, título incorporado à **Série Educação Popular**, integra a *Trilogia Expansão Ocidental: Contradições e Continuidades*. A publicação tem por objetivo questionar e inventariar as razões que individualizaram a autodeterminação política nos países da Ibero-América, diferenciando-a dos Estados Unidos, tema que reclama aportes geográficos, históricos, econômicos, culturais, sociais e políticos. Texto que resulta, por parte do autor, de muitas interações em sala de aula no ensino médio, no campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em cursos de capacitação para o magistério da rede pública e em vários espaços educativos na capital paulista e do Grande ABC Paulista, **América Latina: A Independência Inacabada** é um material com enfoque questionador, fluente e direto, constituindo subsídio para alunos e professores na construção de uma visão crítica da história latino-americana. Em paralelo à exposição de dados consensuais, o título incorpora apensos críticos e informações que comumente, são ignorados pela visão clássica deste tema. Assim, a publicação propõe um debate parceiro da interdisciplinaridade, adotando como objetivo central o aprofundamento da consciência dos fatos que influenciaram e influenciam a dinâmica das sociedades latino-americanas. Acatando reconfiguração normativa e ajustes de programação inerentes ao Formato PDF, o texto de **América Latina: A Independência Inacabada** é um material complementar, concebido para suscitar interação com diversas disciplinas, polemizar narrativas de senso comum e para informação do público interessado. Esta edição em curso da **Editora Kotev (Kotev ©)**, agrega cautelas de estilo e notas editoriais, explicativas e bibliográficas e 16 figuras, na maioria, inéditas. A Assistência de Editoração, Pareceres Técnicos e Tratamento Digital de Imagens contou com os préstimos do *webdesigner* Francesco Antonio Picciolo, Contato E-mail: francesco_antonio@hotmail.com; Home-Page: www.harddesignweb.com.br. Retenha-se que **América Latina: A Independência Inacabada** é um material gratuito. Vedada a reprodução comercial e divulgação sem aprovação prévia da **Editora Kotev**. A citação de **América Latina: A Independência Inacabada** deve obrigatoriamente incorporar referências ao autor e apensos editoriais conforme padrão modelar que segue: WALDMAN, Maurício. *América Latina: A Independência Inacabada*. Série Educação Popular Nº 4. Segunda edição, revisada e ampliada. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2019.

² **Maurício Waldman** é antropólogo, jornalista, pesquisador acadêmico e professor universitário. Militante ambientalista histórico do Estado de São Paulo, Maurício Waldman somou a esta trajetória experiências institucionais na área ambiental e uma carreira acadêmica com contribuições no campo da antropologia, geografia, sociologia e relações internacionais. Nos anos 1970 e 1980, atuou como professor de geografia e de história em escolas da rede particular da capital paulista e como Diretor da Escola e dos Cursos Profissionalizantes da Fundação Estadual do Menor

(FEBEM) e do Serviço SOS Criança (1997-2000). Waldman foi colaborador de Chico Mendes, Coordenador de Meio Ambiente em São Bernardo do Campo (SP) e Chefe da Coleta Seletiva de Lixo na capital paulista. Nos anos 1990, participou no CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação, São Paulo e Rio de Janeiro), em movimentos em defesa da Represa Billings no Grande ABC Paulista e em diversas entidades ecológicas, dentre as quais o Comitê de Apoio aos Povos da Floresta de São Paulo, também participando do Comitê de Fiscalização do Reator Nuclear do Projeto Aramar, em Iperó (SP). Autor de 18 livros, 22 *ebooks* e de mais de 700 artigos, textos acadêmicos e pareceres de consultoria, Waldman é autor, dentre outras obras, de *Ecologia e Lutas Sociais no Brasil* (Contexto, 1992), *Antropologia & Meio Ambiente* (SENAC, 2006), primeira obra brasileira no campo da antropologia ambiental e de *Lixo: Cenários e Desafios - Abordagens básicas para entender os resíduos sólidos*, obra finalista do Prêmio Nacional Jabuti de 2011 (Cortez Editora, 2010). Maurício Waldman é graduado em Sociologia (USP, 1982), licenciado em Geografia Econômica (USP, 1983), Mestre em Antropologia (USP, 1997), Doutor em Geografia (USP, 2006), Pós Doutor em Geociências (UNICAMP, 2011), Pós Doutor em Relações Internacionais (USP, 2013) e Pós Doutor em Meio Ambiente (PNPD-CAPES, 2015).

Mais Informação:

Portal do Professor Maurício Waldman: www.mw.pro.br

Maurício Waldman - Textos Masterizados: <http://mwtextos.com.br/>

Currículo Plataforma Lattes-CNPq: <http://lattes.cnpq.br/3749636915642474>

Página em Academia.edu: <https://usp-br.academia.edu/Maur%C3%ADcioWaldman>

Verbete Wikipédia (BrE): http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio_Waldman

Contato Email: mw@mw

³ Com a constituição do Reino Unido em 1707, serão utilizados como sinônimos neste texto as denominações Grã-Bretanha e Inglaterra, bem como os patronímicos britânico, anglo-saxão e inglês.

⁴ As Treze Colônias constituíam possessões anglo-saxônicas contíguas, origem dos atuais Estados Unidos, perfiladas na orla atlântica da América do Norte. Eram elas: New Hampshire, Massachusetts, Rhode Island, Connecticut, New York, New Jersey, Pensilvânia, Delaware, Maryland, Virginia, Carolina do Norte, Carolina do Sul e Geórgia.

⁵ Aos países com maioria eurodescendente, até onde, é claro, tal definição evoca ao menos alguma retaguarda antropológica, soma-se a Costa Rica.

⁶ A título de informação, os mapas do passado colonial registravam o Amapá como Guiana Portuguesa (e posteriormente, Brasileira) e vastas extensões orientais da Venezuela, como Guiana Espanhola.

⁷ Os evadidos da ordem escravocrata para o interior das florestas, são conhecidos na literatura antropológica como *negros marrões*, e o fenômeno que lhes dá origem, como *marronage*. As terminologias *marrão* e *maroon* são oriundos do castelhano *cimarron*, definindo animais cativos que como o porco, passavam de domésticos a

selvagens, significado que decorre, pois da visão da ordem dominante relativamente aos grupos escravizados (Vide BASTIDE, 1974: 46-68).

⁸ Vide Anexo I - *Haiti: A Bandeira dos Orixás*.

⁹ Numa obra literária magistral, de cunho marcadamente historiográfico, “O Século das Luzes”, do escritor cubano Alejo Carpentier (1904-1980), tal contradição, que de modo indelével impregnou a autodeterminação latino-americana, conquista o escopo de uma escrita modelar em termos de visão crítica, demarcando com lucidez as contraposições que conviviam neste processo.

¹⁰ Note-se que em paralelo às objeções de fundo ético e moral, que não admitem imolações coletivas, que a ordem pode ser interpretada como resposta ao temor da existência de uma quinta-coluna instalada no âmago do país animada pelos antigos senhores de terras e ao sofrimento secular imposto ao conjunto de escravos e afrodescendentes haitianos. Entenda-se também que estrangeiros brancos - caso dos desertores poloneses do exército francês e colonos alemães instalados no país - assim como médicos, técnicos, indivíduos com conexões com o exército haitiano e mulheres casadas com negros locais, foram poupados, dado que descredenciaria interpretações generalizantes em termos de uma guerra racial, genocídio ou demais afetações racistas.

¹¹ Atente-se para o caso de Cuba e de Porto Rico, cujos laços com a metrópole são rompidos apenas com a Guerra Hispano-Americana (1898), quando os Estados Unidos impõem numa guerra de apenas três meses e meio a retirada castelhana do Caribe. Contudo, Cuba e Porto Rico saem da esfera espanhola unicamente para ingressar na órbita do expansionismo norte-americano, que passou a dar as cartas na política interna dos dois países.

¹² Embora a historiografia engajada não se esmere em citar Benito Juárez (1806-1872), este político e estadista mexicano, que serviu cinco vezes na condição de alto executivo do seu país, é lembrado em prosa e verso como o mais amado e respeitado personagem do México Republicano. Foi o primeiro líder do México com origens em família pobre, camponesa e indígena. Também o primeiro sem passado militar. Pôs em prática, diversas políticas que na época, eram tidas como radicais, tais como a nacionalização dos bens do clero da Igreja Católica e o estabelecimento de uma reforma agrária baseada na propriedade privada da terra e voltada para o mercado. Além de restaurador da república, Juárez é enaltecido pela historiografia mexicana como um prócer da modernização do seu país.

¹³ A palavra *quilombo* é de origem africana, mais verdadeiramente angolana e congolesa. Fora do continente a terminologia sobreviveu exclusivamente no Brasil, substituída por *cumbes* e por *palenque* na América Hispânica, e por *hide-out* nos Estados Unidos. Seria meritório rubricar que estes espaços não eram formados exclusivamente por ex-escravos, que também abrigaram índios, mestiços e brancos pobres, todos em contradição com a ordem colonial.

¹⁴ A Aclamação ou Revolta de Amador Bueno (São Paulo, 1640), incensada como a primeira manifestação política de caráter nativista, foi uma delas. Entretanto, este

“nativismo” pode ser questionado por conta de que os paulistas insurgiram-se basicamente contra a proibição do comércio com as possessões espanholas, medida adotada por Portugal na esteira da restauração da independência portuguesa. Nesta perspectiva, a Aclamação de Amador Bueno é bem mais reveladora de um conteúdo de classe e de contradições dos mercadores locais com o poder metropolitano do que um movimento nacionalista anticolonial.

¹⁵ Grande proprietário de terras em castelhano, dedicado à agricultura ou à pecuária de corte para exportação.

¹⁶ A palavra parece ter se originado de *chapetón*, folha de metal que cobria o corpo dos fidalgos e dos militares de alta patente.

¹⁷ Note-se que o Haiti também auxiliou na independência dos Estados Unidos da América.

¹⁸ Em todo o espaço latino-americano, práticas e religiões tradicionais dos povos originários e também, formas sincretizadas com o catolicismo, sempre detiveram importante aceitação popular. Combatidas sem trégua pelas autoridades coloniais e pela Igreja Católica, inclusive com apoio na repressão institucionalizada do Tribunal do Santo Ofício (Inquisição), estas manifestações religiosas atuaram em muitos momentos enquanto barreira à unificação dos dominados, divisão sabiamente explorada pelas elites como forma de dismantelar a rebeldia popular.

¹⁹ Palavra de origem castelhana significando senhor da guerra, grande proprietário, chefe, ditador ou homem forte.

²⁰ Federação que vigorou entre 1823 e 1839, também conhecida como Estados Unidos da América Central, reunindo as atuais repúblicas da Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica num único país.

²¹ O jargão econômico reconhece como *commodities* produtos *in natura*, oriundos da agropecuária ou da extração mineral, que podem ser estocados por certo tempo sem perda sensível de qualidade. Advirta-se que a palavra inglesa *commodity*, em contestação ao que é dito inclusive por muitos economistas, não procede de *common*, que significa comum, vulgar ou banal neste idioma. A palavra *commodity* entrou em uso coloquial na Grã-Bretanha no Século XV, derivando da corruptela do francês *commodité*, cuja tradução é comodidade, conveniência. Atente-se que o termo francês procede do latim *commoditas*, que significa adequação, conveniência ou vantagem.

²² Drogas do sertão é um termo genérico que se refere a plantas que serviam para diversas finalidades, principalmente culinárias, tais como a conservação e tempero. Consideradas especiarias, eram extraídas do chamado “sertão”, mas basicamente se referindo à Amazônia, especialmente durante a época das entradas e das bandeiras. Estes produtos eram nativos da floresta equatorial, por muitos autores classificados como *novas especiarias*. Isto, em vista de que se contrapunham às *antigas*, no caso, as tradicionalmente obtidas na Ásia. As drogas do sertão amazônicas incluíam artigos como o cacau, guaraná, salsaparrilha, pau-cravo, anil, salsa, urucum, noz de pixurim, baunilha, castanha-do-pará e várias raízes aromáticas, extraídas através do

trabalho servil dos indígenas locais.

²³ A frouxidão da presença metropolitana foi muito patente, por exemplo, nas relações que nasceram espontaneamente em muitos pontos da América Espanhola, ganhando dinamismo próprio, alheio à metrópole, tal como nos intercâmbios que atavam o México ao universo caribenho e as áreas mineiras do Peru e Bolívia com a Bacia da Prata.

²⁴ Sob a liderança de Fidel Castro, a grande força inicial de oposição a Batista foi o *Movimento 26 de Julho*, referência ao dia em que ocorre o primeiro ato da rebelião: o assalto ao quartel Moncada, em Santiago de Cuba, contido e repellido pelas forças governistas. Mais adiante, após a vitória da revolução em 1959, o Movimento 26 de Julho se uniu a outros grupos, formando o Partido Unido da Revolução Socialista Cubana, que por sua vez se tornou em 1965, o Partido Comunista de Cuba (PCC).

²⁵ Retenha-se que a narrativa corriqueira a respeito da Crise dos Mísseis, sugere uma capitulação soviética frente aos Estados Unidos, materializada pelo desmonte das rampas de lançamento e retirada dos foguetes pela URSS. Contudo, seria mais correto primeiramente registrar que a União Soviética estava respondendo, com a nuclearização de Cuba, à instalação de foguetes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na Turquia, na sensível retaguarda geográfica imediata da URSS. Segundo, que a evacuação soviética foi concertada com o compromisso dos EUA removerem os foguetes da OTAN da Turquia. Logo, aconteceu um acerto de mão dupla, e não uma retirada unilateral dos soviéticos.

²⁶ Por outro lado, o fim da Guerra Fria e o esgotamento do mundo bipolar induziram mudanças na equação geopolítica latino-americana. A China, por exemplo, passou a cultivar uma importante parceria com nações da região. Contudo, no sentido mais seminal das relações interestatais, os Estados Unidos se perpetuaram como pivô do ordenamento político na Ibero-América.

²⁷ *Haiti: A Bandeira dos Orixás* é um artigo digital primeiramente disponibilizado aos 14 de Setembro de 2016 no Blog Foco de Fato (<http://focodefato.blogspot.com/>). A edição incorporada a *América Latina: A Independência Inacabada*, foi masterizada em Julho de 2017 pela Editora Kotev para fins de acesso livre na web.

CONHEÇA A SÉRIE EDUCAÇÃO POPULAR



<http://mwtextos.com.br/serie-educacao/>

PARA SABER MAIS

MAURÍCIO WALDMAN

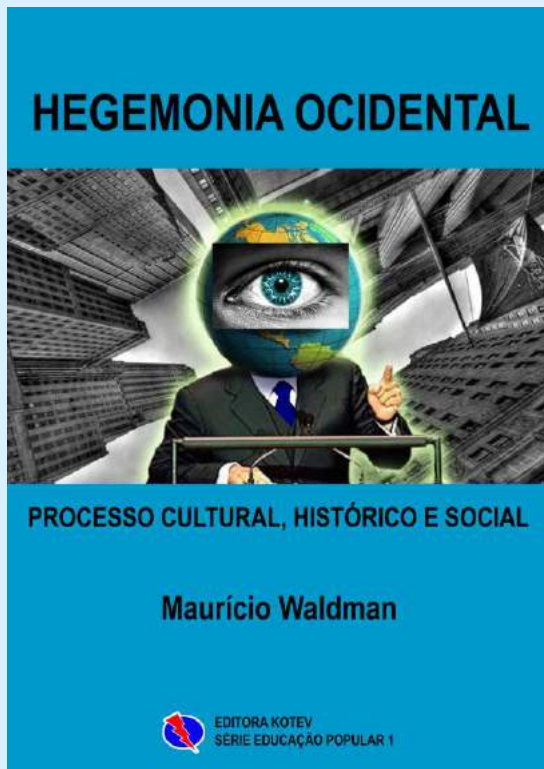
**ESTADOS UNIDOS:
INFLEXÕES DO HEGEMONISMO**



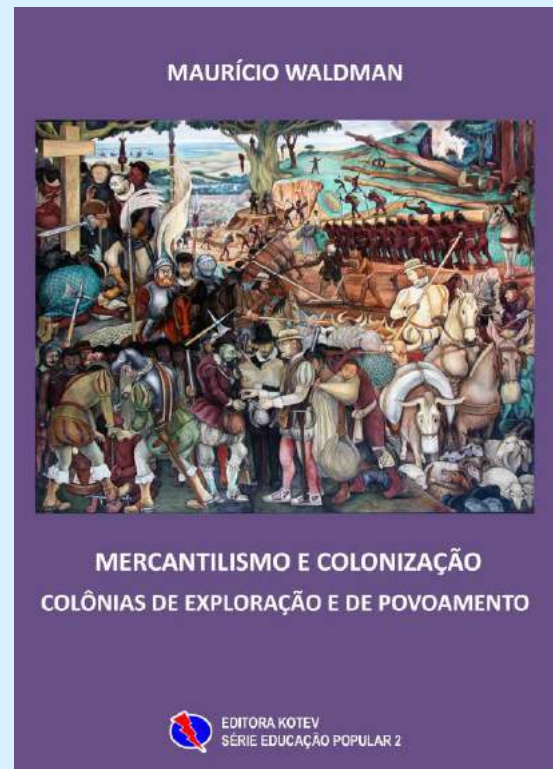
**EDITORA KOTEV
RELAÇÕES INTERNACIONAIS 1**

http://mw.pro.br/mw/relacoes_internacionais_01.pdf

TÍTULOS DO MESMO AUTOR NA SÉRIE EDUCAÇÃO POPULAR



http://mw.pro.br/mw/educacao_popular_01.pdf



http://mw.pro.br/mw/educacao_popular_02.pdf

EDITORA KOTEV
**Sintonizada com
o Futuro Digital**

EDITORA KOTEV
INFORMAÇÃO ÚTIL, ÁGIL E INTELIGENTE

CONHEÇA A EDITORA KOTEV. VISITE NOSSA HOME-PAGE:

<http://kotev.com.br/>